iegm
índice de efetividade da gestão municipal
TCE-RJ
DADOS CONSOLIDADOS
Resultado 2017
ECG
ESCOLA DE CONTAS
E GESTÃO DO TCE-RJ
TCE RJ
+EDUCAÇÃO

DADOS CONSOLIDADOS

Resultado 2017

Apresentação

O IEGM é medido pelos Tribunais de Contas brasileiros desde 2016, e tem como principal finalidade o aperfeiçoamento das ações governamentais em políticas públicas nacionais, mediante a divulgação do resultado de indicadores finalísticos de eficiência e eficácia das políticas adotadas para atendimento das necessidades da população, proporcionando uma visão da gestão para 7 dimensões da execução do orçamento público com vistas a uma visão ampla da gestão voltada para melhorias estruturantes:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ propõe uma parceria com os gestores públicos municipais das cidades sob sua jurisdição para que juntos possamos dar continuidade ao diagnóstico nacional da gestão pública municipal, com a apuração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Em 2018 a iniciativa pretende abranger todos os 5.570 municípios brasileiros e permitir, a partir do diagnóstico, um trabalho conjunto de análise de informações e capacitação em ferramentas para a elaboração de plano estratégico e planos de ação, troca de experiências e de boas práticas para alavancar as oportunidades de melhorias identificadas.

Senhores gestores, contamos com a sua adesão, efetiva participação e parceria.

Sumário

I. Introdução

Este relatório apresenta os resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM 2017) – indicador sintético de âmbito nacional organizado pelos Tribunais de Contas – e trata com destaque do tema educação, tendo em vista que o acesso à educação básica de qualidade ainda não é realidade para grande parte dos brasileiros. No estado do Rio de Janeiro, em 2016 ainda havia cerca de 86.500 crianças de 4 a 5 anos fora da pré-escola [1], embora a primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) tenha previsto a universalização das matrículas das crianças desta faixa etária até 2016. [2]

A última Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2016, revelou que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Em 2014, esse percentual era de 56,1%. Neste cenário preocupante, os níveis de alfabetização dos brasileiros em 2016 foram praticamente os mesmos que em 2014, havendo mais de um terço dos estudantes em níveis inadequados de proficiência em português e mais da metade ainda abaixo do desempenho desejável em matemática[1]. [3]

Diversos são os desafios para os gestores municipais empenhados em alterar o quadro da educação básica nos municípios fluminenses. Os índices oficiais raramente esclarecem o que os gestores fazem para enfrentar temas complexos e na maior parte das vezes interligados como, por exemplo, acesso à educação, evasão escolar, recursos humanos, práticas pedagógicas, infraestrutura, alimentação escolar, uniformes e material didático. Há, pois, necessidade de se conhecer e mensurar os esforços empregados em ações municipais bem-sucedidas.

Seja na educação, seja em outro campo, o uso institucional de indicadores de desempenho é essencial para os gestores que atuam com foco em resultados e que buscam informações para o aprimoramento de seus processos. Esses indicadores podem ser utilizados como instrumento de planejamento, execução e controle de

[1] Na avaliação da escrita, 33,95% dos estudantes brasileiros estão em níveis considerados insuficientes. Em matemática, 54,4% dos estudantes ainda estão abaixo do desempenho desejável.

atividades. Sua importância aumenta na medida em que fornecem dados e informações relevantes que auxiliam na qualidade de tomadas de decisão. [4]

Sistemas de indicadores sociais que contemplam múltiplas dimensões da realidade social, desenvolvidos a partir de discussões teóricas e metodológicas ao longo das últimas décadas, continuam sendo o melhor instrumento analítico de trabalho para os formuladores de políticas e tomadores de decisão [...] A disponibilidade de um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis certamente potencializa as chances de sucesso do processo de formulação e implementação de políticas públicas uma vez que permite, em tese, diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados. [5]

Os dados para aferição de resultados de políticas públicas, de modo geral, são disponibilizados por órgãos oficiais de estatística, ao passo que os dados de despesas estão sob o controle dos tribunais de contas [6]. Além desses, desde 2015 os dados oriundos de controles municipais são coletados pelos tribunais de contas que, a partir de 2016, passaram a utilizar questionários relacionados a um conjunto de indicadores temáticos que compõem o Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM).

II. IEGM

O IEGM é um índice estruturado em sete dimensões da gestão pública municipal com vistas a proporcionar uma visão ampla da realidade modelada. Tendo em vista suas abrangências estratégicas no contexto das finanças públicas, foram adotadas as dimensões educação, saúde, planejamento, fiscal, ambiente, cidade e governança de tecnologia da informação.

O IEGM possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas em seus indicadores componentes: i-Educ, i-Saúde, i-Planejamento, i-Fiscal, i-Amb, i-Cidade, i-Gov TI. O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos critérios do quadro 1.

Quadro 1: Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM

Conceito	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva (altamente adequada)	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A
B+	Muito efetiva (muito adequada)	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva (adequada)	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

O IEGM permite a observação dos meios utilizados por gestores municipais no exercício de suas atividades em busca de diagnósticos que facilitem o alcance de objetivos estrategicamente fixados. Como indicador de esforço, em seu relacionamento com indicadores de resultado o IEGM e seus respectivos componentes tornam possível mensurar o grau de adequação dos municípios às práticas que possibilitarão o alcance de metas estratégicas como ocorre, na educação, com o i-Educ em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Com previsão no artigo 214 da Constituição Federal, o PNE foi aprovado pela Lei Federal nº 13.005/14 e possui vigência de dez anos a partir de 26/06/2014. Ele estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação que podem ser acompanhadas sobretudo pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal ferramenta de aferição de resultados educacionais do Brasil.

II.1. i-Educ

O Índice Municipal da Educação é um indicador sintético que proporciona o acompanhamento dos esforços empregados em ações da gestão pública municipal por meio de uma série de questões específicas relativas à educação. Este índice reúne informações sobre avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, problemas de infraestrutura, merenda escolar, situação e qualificação de professores, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares. [7]

Composto por dados coletados por meio de 59 questões, o i-Educ proporciona ao gestor uma visualização sistêmica da mobilização de seus recursos materiais, humanos e institucionais em direção ao alcance de metas em educação pública. Além de oferecer um panorama sobre a alocação de recursos de sua gestão, o indicador permite ao administrador conhecer as ações de outros gestores que obtiveram êxito no enfrentamento de desafios semelhantes aos seus.

Seja no enfrentamento de correções do fluxo escolar, seja em relação à garantia de proficiências de estudantes, ou ainda a respeito de outras emergências, a análise de dados tem importante papel para a realização de diagnósticos e, portanto, merece a atenção de todos os agentes públicos envolvidos com o tema educação. Assim, os dados e as informações operacionais geradas a partir do questionário i-Educ 2017 disponibilizados pelo TCE-RJ são direcionados às secretarias de educação com frequentes demandas por diagnósticos a cerca de como melhorar o desempenho de seu sistema de ensino.

Para a sua máxima utilidade no contexto apresentado, as questões do i-Educ convergem para o objetivo de conhecer o grau de aderência dos controles municipais com o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

III. Fundamentos do i-Educ no PNE

As 20 metas estipuladas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) [8] podem ser organizadas em 6 vertentes: metas estruturantes, redução de desigualdades e valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação, formação docente, gestão democrática das políticas de educação e ampliação de investimentos (quadro 2). [9]

Quadro 2: Vertentes das metas do PNE

Vertentes		Metas do PNE
I.	Metas estruturantes	1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10,11
II.	Redução de desigualdades e valorização da diversidade	4, 8
III.	Valorização dos profissionais da educação	15, 16, 17, 18
IV.	Formação docente	12, 13, 14
V.	Gestão democrática das políticas de educação	19
VI.	Ampliação de investimentos	20

Os municípios e unidades da federação devem ter seus planos de educação aprovados em consonância com o PNE. Por essa razão, o questionário do i-Educ possui alinhamentos, diretos ou indiretos, com as 20 metas do PNE, conforme os exemplos apresentados no quadro 3.

III.1. Metas estruturantes

A primeira vertente é a das metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Meta 1: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Meta 6: oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb até 2021: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

III.2. Redução das desigualdades e valorização da diversidade

A segunda vertente abarca as metas relacionadas especificamente redução das desigualdades e valorização da diversidade.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

III.3. Valorização dos profissionais da educação

A terceira vertente abarca as metas relacionadas à valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

III.4. Formação docente

A quarta vertente reúne um grupo de metas que se referem à formação do docente, que, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estaduais:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

III.5. Gestão democrática das políticas de educação

A quinta vertente compreende uma única meta que visa à efetivação de uma gestão democrática das políticas de educação:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

III.6. Ampliação dos investimentos

A sexta vertente visa à ampliação dos investimentos em educação:

Meta 20: ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Quadro 3: Principais alinhamentos entre os fundamentos legais do PNE e as questões do i-Educ

Meta do PNE (2014-2024) / fundamento legal		Questão i-Educ 2017	
–	Art. 8º do PNE	q8	O município possui o Plano Municipal de Educação?
–	Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Art. 11 Art. 12 Art. 19 Resolução CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013 Art. 35 (especialmente inciso V)	q14	O município divulga e cumpre o cardápio preestabelecido pela nutricionista?
		q18	Existe um controle por meio de relatórios elaborados pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?
		q20	O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.	q2	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?
		q3	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?
		q12	Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2015
		q22	Qual o total de turmas para creche?
		q23	Qual o total de turmas para pré-escola?

Meta do PNE (2014-2024) / fundamento legal		Questão i-Educ 2017	
		q47	Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?
		q48	Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	q1	A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)?
		q4	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar em 2015?
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	q34	O município possui levantamento da distorção idade/série nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. PNE Meta 6, Estratégia 6.3: Recursos - Infraestrutura e equipamentos, material didático e formação - "Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;"	q9	Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?
		q10	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m)
		q29	Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2015 para período integral?
		q36	Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.	q5	A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
		q6	A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I?
		q7	Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação do Ciclo I?

Meta do PNE (2014-2024) / fundamento legal		Questão i-Educ 2017	
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	q19	Todos os professores da educação básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?
16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	q30	Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
		q31	Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação.
		q43	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho).
		q56	Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2015?
18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	q13	Qual o piso salarial municipal dos professores?
		q40	A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?
19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	q30	Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no	q45	Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Meta do PNE (2014-2024) / fundamento legal		Questão i-Educ 2017	
	mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.		Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007: - Percentual TOTAL aplicado em MDE: _____ - Percentual aplicado no Magistério: _____
		q46	Mínimo Constitucional da educação Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe: - Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: _____

Fonte: Adaptado de TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE-AP), 2017. [10]

IV. Associações entre i-Educ e Ideb

O Ideb sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: fluxo que representa a taxa de aprovação dos alunos e aprendizado que corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). [11]

A meta final do Ideb tem seu alcance nacional estimado para 2021 – meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) – com divulgação do resultado em 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. Significa dizer que, em 2021, o Brasil deve atingir, considerando os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 5ª série), Ideb 6,0 (seis)[2]. [12]

Uma análise sobre o desempenho das redes de ensino pública e privada indica que o país alcançou o índice 5,5 (superior à meta de 5,2). Em alguns estados, mais de 90% dos municípios atingiram suas respectivas metas do Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental [11]. Em relação a todas as escolas públicas, três em cada quatro municípios alcançaram suas metas para os anos iniciais do ensino fundamental, com exceção do Distrito Federal e dos estados do Amapá e do Rio de Janeiro. Na rede pública do Rio de Janeiro, apenas 35,9% dos municípios alcançaram a meta proposta de 5,4 (figura 1).

Considerando apenas a rede municipal, a proporção de municípios que conseguiram atingir as metas propostas para o Ideb 2015 é mostrada na figura 2. Destaca-se a condição do Rio de Janeiro com 38,5% dos municípios do estado alcançando a meta projetada para os anos iniciais do ensino fundamental. [13]

---

[2] Nível médio de qualidade obtido em 2003 pelos países desenvolvidos que participam do *Programme for International Student Assessment* (PISA).

Figura 1: Proporção de municípios que alcançaram a meta do Ideb (2015)
Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública)

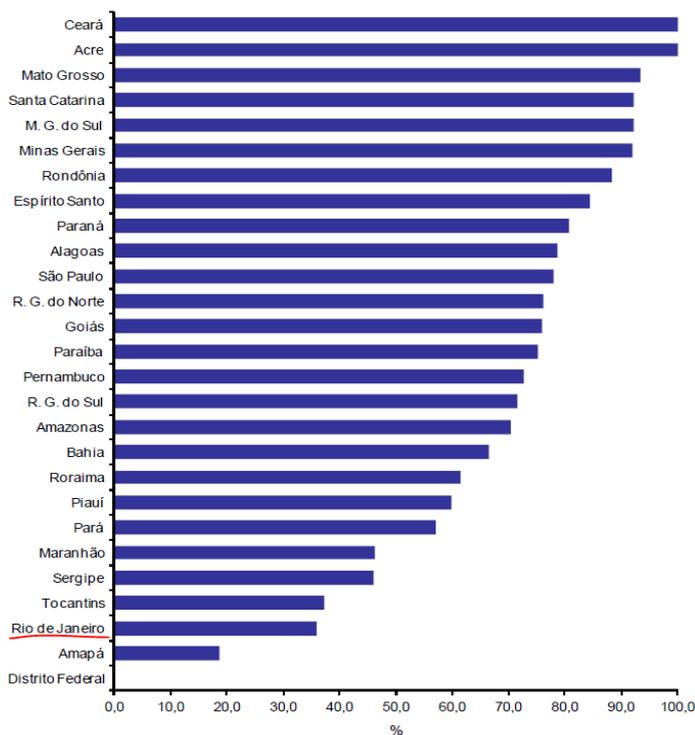
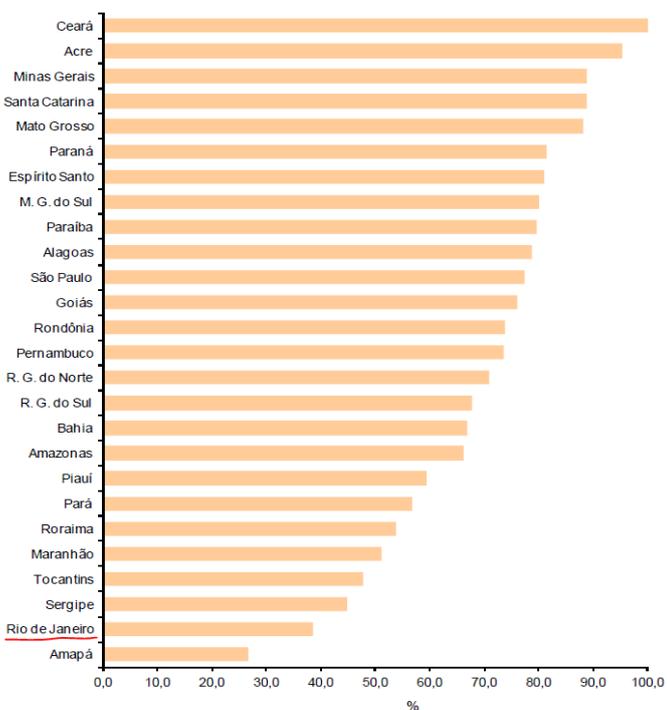
Unidade da Federação	Número de municípios com meta calculada para 2015	Número de municípios que alcançaram a meta de 2015	
		Total	%
Brasil	**5.278**	**4.002**	**75,8**
Norte	**444**	**254**	**57,2**
Rondônia	51	45	88,2
Acre	22	22	100,0
Amazonas	61	43	70,5
Roraima	13	8	61,5
Pará	144	82	56,9
Amapá	16	3	18,8
Tocantins	137	51	37,2
Nordeste	**1.743**	**1.205**	**69,1**
Maranhão	214	99	46,3
Piauí	212	127	59,9
Ceará	183	183	100,0
R. G. do Norte	159	121	76,1
Paraíba	210	158	75,2
Pernambuco	183	133	72,7
Alagoas	99	78	78,8
Sergipe	74	34	45,9
Bahia	409	272	66,5
Sudeste	**1.607**	**1.334**	**83,0**
Minas Gerais	817	752	92,0
Espírito Santo	77	65	84,4
Rio de Janeiro	92	33	35,9
São Paulo	621	484	77,9
Sul	**1.038**	**835**	**80,4**
Paraná	392	317	80,9
Santa Catarina	270	249	92,2
R. G. do Sul	376	269	71,5
Centro-Oeste	**446**	**374**	**83,9**
M. G. do Sul	77	71	92,2
Mato Grosso	135	126	93,3
Goiás	233	177	76,0
Distrito Federal	1	0	0,0

Fonte: MEC/Inep. [13]

Figura 2: Proporção de municípios que alcançaram a meta do Ideb (2015)
Anos iniciais do ensino fundamental (rede municipal)

Unidade da Federação	Número de municípios com meta calculada para 2015	Número de municípios que alcançaram a meta de 2015	
		Total	%
Brasil	**4.965**	**3.711**	**74,7**
Norte	**415**	**242**	**58,3**
Rondônia	46	34	73,9
Acre	22	21	95,5
Amazonas	59	39	66,1
Roraima	13	7	53,8
Pará	143	81	56,6
Amapá	15	4	26,7
Tocantins	117	56	47,9
Nordeste	**1.737**	**1.215**	**69,9**
Maranhão	213	109	51,2
Piauí	212	126	59,4
Ceará	183	183	100,0
R. G. do Norte	158	112	70,9
Paraíba	212	169	79,7
Pernambuco	182	134	73,6
Alagoas	99	78	78,8
Sergipe	69	31	44,9
Bahia	409	273	66,7
Sudeste	**1.479**	**1.194**	**80,7**
Minas Gerais	718	638	88,9
Espírito Santo	74	60	81,1
Rio de Janeiro	91	35	38,5
São Paulo	596	461	77,3
Sul	**922**	**729**	**79,1**
Paraná	392	319	81,4
Santa Catarina	242	215	88,8
R. G. do Sul	288	195	67,7
Centro-Oeste	**412**	**331**	**80,3**
M. G. do Sul	75	60	80,0
Mato Grosso	119	105	88,2
Goiás	218	166	76,1
Distrito Federal	-	-	-

Ceará
Acre
Minas Gerais
Santa Catarina
Mato Grosso
Paraná
Espírito Santo
M. G. do Sul
Paraíba
Alagoas
São Paulo
Goiás
Rondônia
Pernambuco
R. G. do Norte
R. G. do Sul
Bahia
Amazonas
Piauí
Pará
Roraima
Maranhão
Tocantins
Sergipe
Rio de Janeiro
Amapá
0,0 10,0 20,0 30,0 40,0 50,0 60,0 70,0 80,0 90,0 100,0
%

Fonte: MEC/Inep. [13]

O i-Educ classifica os municípios por faixas de pontuação representadas por conceitos (C, C+, B, B+, A) referentes aos níveis de aderência – ou de adequação – das gestões municipais ao conjunto de controles mínimos necessários para o alcance das metas do PNE. Os níveis de adequação dos municípios fluminenses indicados pelo i-Educ 2017 e suas possíveis associações com resultados do Ideb (ensino fundamental) são apresentados na figura 3.

As respostas para as 59 questões sobre as ações municipais na área da educação indicam que 19 municípios devem ser classificados com o conceito C (baixo nível de adequação), enquanto 23 prefeituras correspondem ao conceito C+ (em fase de adequação) e 28 se classificam como B (adequados). Segundo os critérios do i-Educ, apenas 10 municípios devem ser considerados com o conceito B+ (muito adequados) e nenhum dos 80 municípios participantes do ciclo 2017/2016 do i-Educ foi considerado como A (altamente adequado).

Quando os níveis de adequação dos controles municipais apontados pelo i-Educ 2017 são associados aos respectivos resultados do Ideb 2015, o número de municípios que não alcançaram suas metas é proporcionalmente maior nas faixas C e C+. De modo inverso, a proporção de municípios nas faixas B e B+ é maior quando se trata daqueles municípios bem-sucedidos nas metas do Ideb. Além disso, os dados revelam que dentre os 11 municípios que não participaram do i-Educ 2017, apenas 1 município alcançou a meta do Ideb em 2015. (figura 4).

Percebe-se que apenas 4 dos 19 municípios classificados com o conceito C (baixo nível de adequação) alcançaram as respectivas metas do Ideb. Em outro extremo, 6 dos 10 municípios com o conceito B+ (muito adequados) alcançaram suas metas do Ideb. Logo, as taxas de sucesso para alcance de metas do Ideb para os municípios na faixa C é 21% e dos municípios na faixa B+ é 60%.

Os municípios que alcançaram as metas do Ideb e, simultaneamente, obtiveram proficiência em português no 5º ano do ensino fundamental estão representados na figura 5. Nota-se que a proporção de municípios com melhor desempenho na faixa B+ (muito adequados) é superior àqueles que se encontram na faixa C (baixo nível de adequação). Situação análoga pode ser observada na figura 6, na qual figuram os municípios que alcançaram as metas do Ideb em 2015 e, simultaneamente, obtiveram proficiência em matemática no 5º ano do ensino fundamental.

Figura 3: Desempenho dos municípios fluminenses no i-Educ (2017)

Fonte: IEGM 2017 - i-Educ (TCE-RJ, 2018).

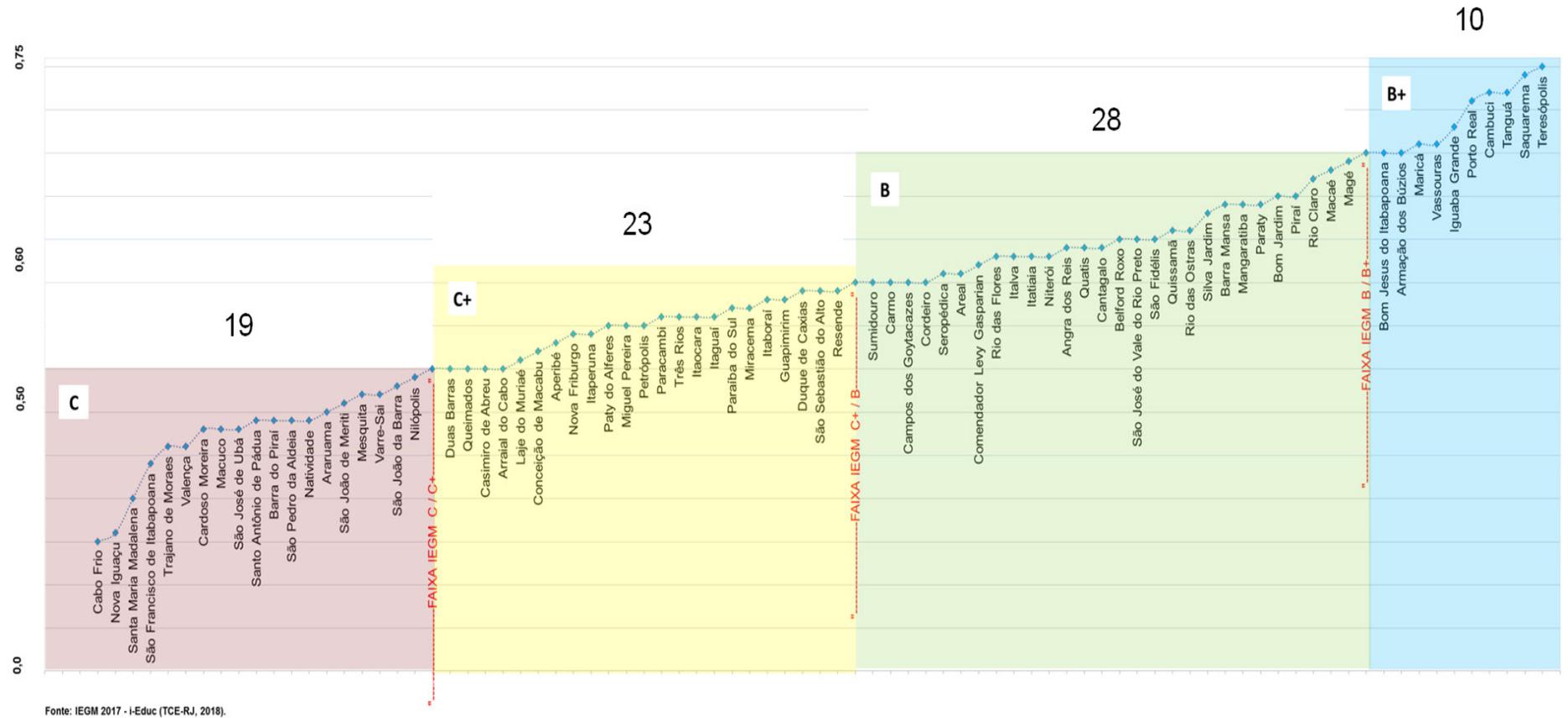



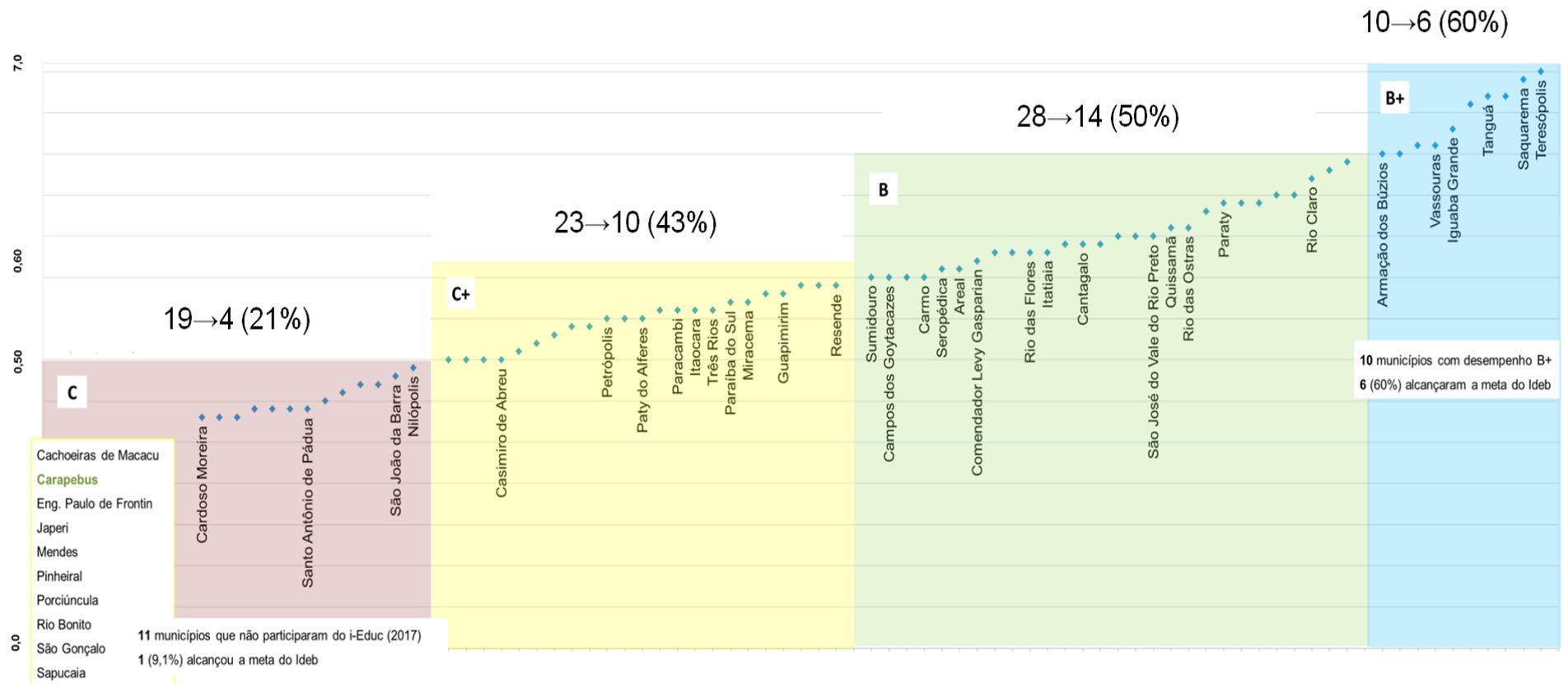
Figura 4: Municípios que alcançaram a meta do Ideb em 2015 (Anos iniciais do ensino fundamental / 5º ano) X Desempenho dos municípios fluminenses no i-Educ (2017)

Fonte: IEGM 2017 - i-Educ (TCE-RJ, 2018); IDEB 2015 (INEP, 2018).

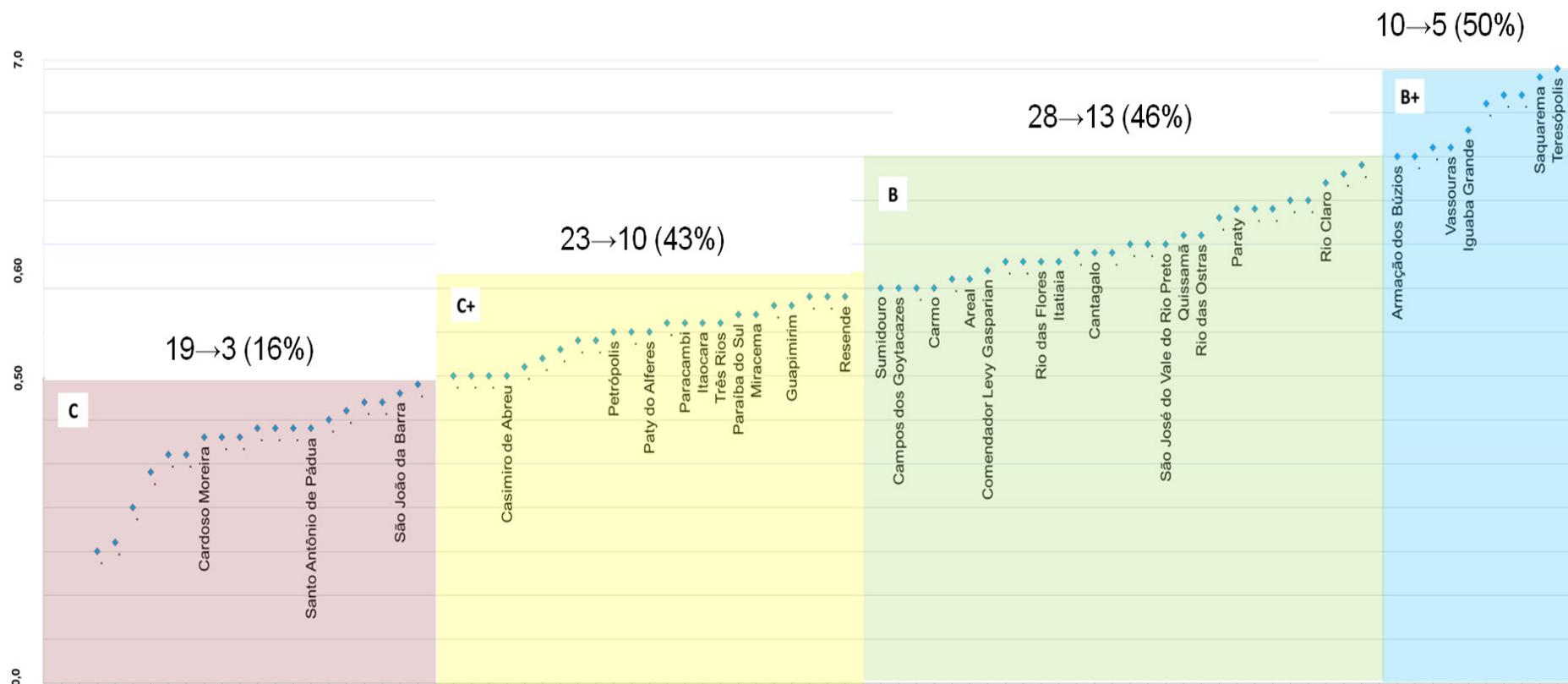
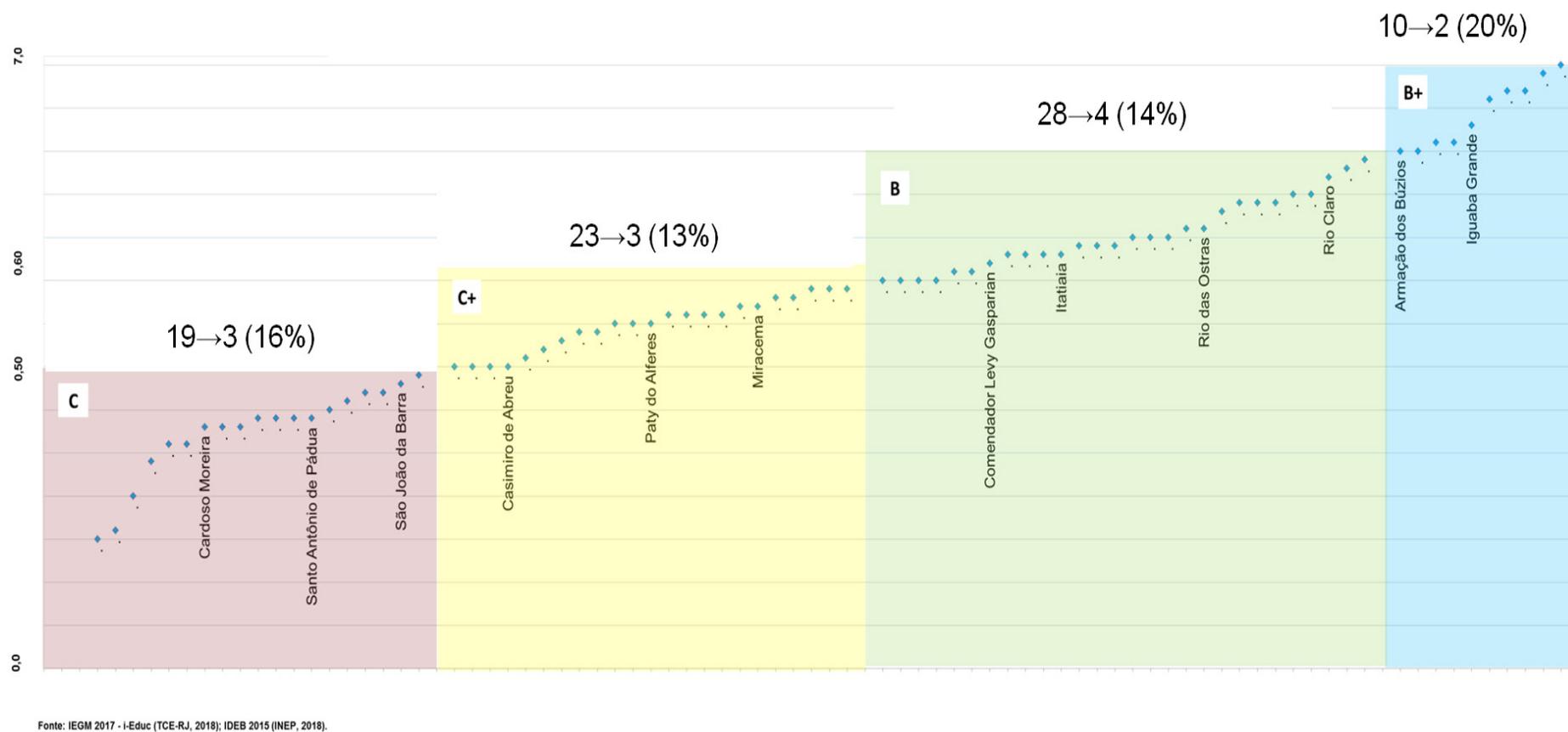
Figura 5: Municípios que alcançaram a meta do Ideb em 2015 e obtiveram proficiência em português (Anos iniciais do ensino fundamental / 5º ano) X Desempenho dos municípios fluminenses no i-Educ (2017)

Fonte: IEGM 2017 - i-Educ (TCE-RJ, 2018); IDEB 2015 (INEP, 2018).

Figura 6: Municípios que alcançaram a meta do Ideb em 2015 e obtiveram proficiência em matemática (Anos iniciais do ensino fundamental / 5º ano) X Desempenho dos municípios fluminenses no i-Educ (2017)

Fonte: IEGM 2017 - i-Educ (TCE-RJ, 2018); IDEB 2015 (INEP, 2018).

V. Relatórios do IEGM 2017

O site do Instituto Rui Barbosa (IRB) publica um infográfico e um relatório eletrônico que organiza e disponibiliza informações resultantes dos questionários das dimensões monitoradas pelo IEGM em nível nacional [7], cabendo a cada Tribunal de Contas ordenar as informações de sua jurisdição e realizar as análises que julgar apropriadas.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta pela primeira vez um relatório com o resultado do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM). Como marco inicial, o TCE-RJ privilegia a dimensão educação por entender que seja estruturante, de suma importância por afetar diretamente as populações das cidades e seja o fator preponderante de transformação social e dos indivíduos.

Dentre os 91 municípios sob a jurisdição do TCE-RJ[3], 80 administrações responderam aos questionários do IEGM 2017. A partir dos dados enviados por meio eletrônico, o TCE e o IRB compilaram planilhas e deram publicidade aos resultados do IEGM para que a sociedade pudesse utilizar esse consistente e importante instrumento para avaliação da qualidade da gestão pública.

A análise dos dados apresentados neste relatório permite ao TCE-RJ construir um plano de evolução do Índice Municipal de Educação (i-Educ), por meio da identificação de necessidade de melhorias, definição de prioridades, treinamento dos gestores, acompanhamento da evolução, instituição de prêmio e disseminação das melhores práticas e realização de workshops para debates temáticos emergenciais e sobre problemas regionais.

Análises sobre o comportamento dos indicadores setoriais do IEGM, ao longo do tempo, ensejarão ao TCE-RJ propor ações corretivas e de controle, participando de forma efetiva na contribuição para o desenvolvimento humano e melhoria dos municípios.

---

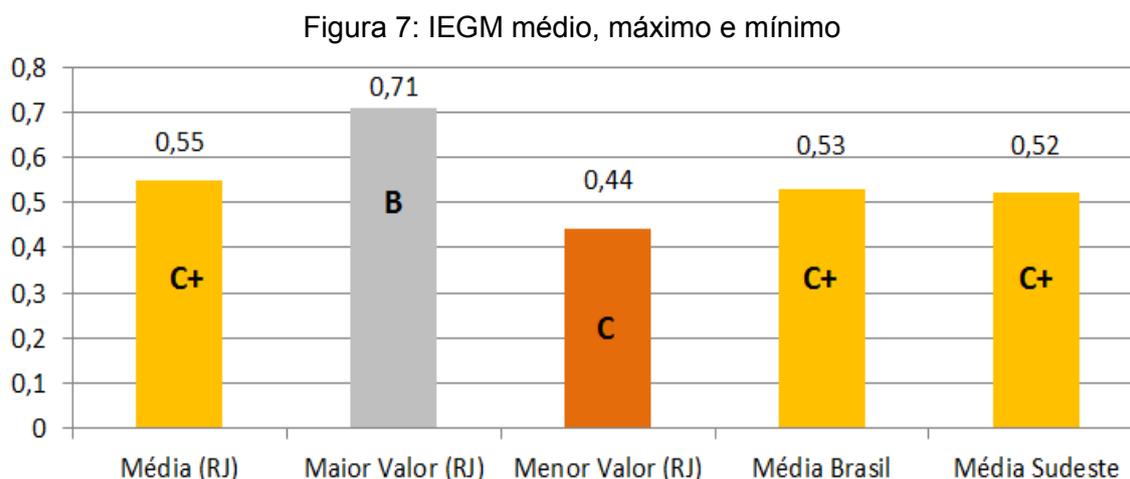
[3] O município do Rio de Janeiro pertence à jurisdição do TCM-RJ.

V.1 - Resultados consolidados do IEGM 2017

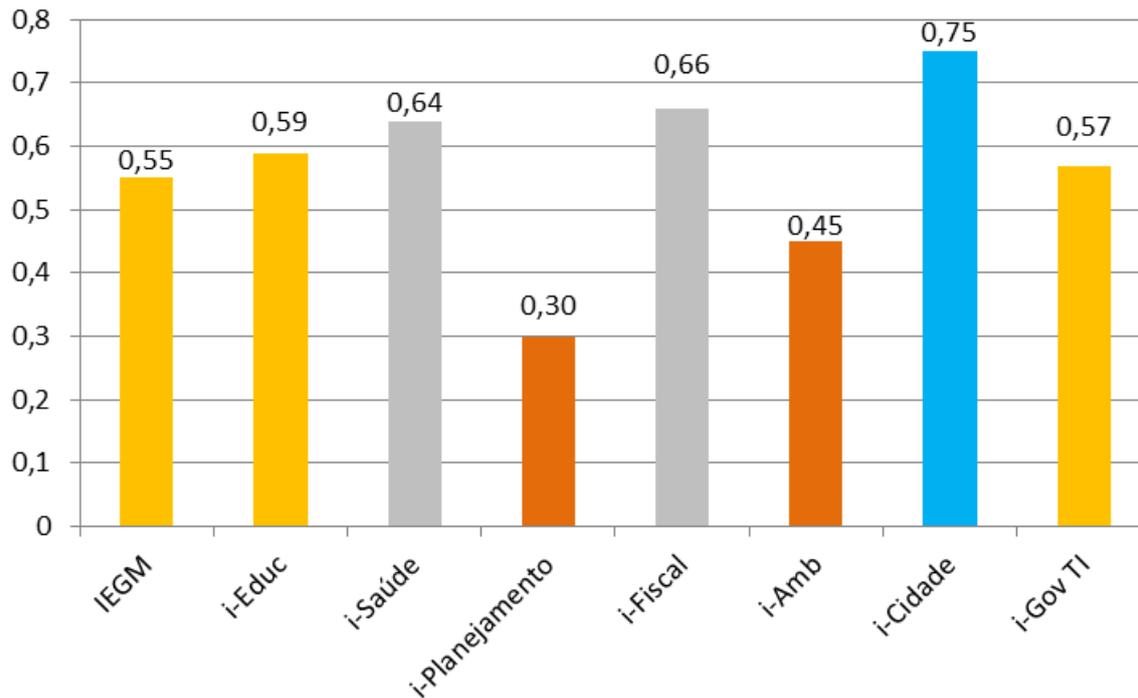
As informações dispostas a seguir sintetizam os resultados do IEGM 2017 baseados em dados informados ao TCE-RJ por 80 municípios do estado do Rio de Janeiro entre 24/05/2017 e 17/07/2017.

V.1.1 - IEGM médio, máximo e mínimo (municípios do RJ, exceto capital)

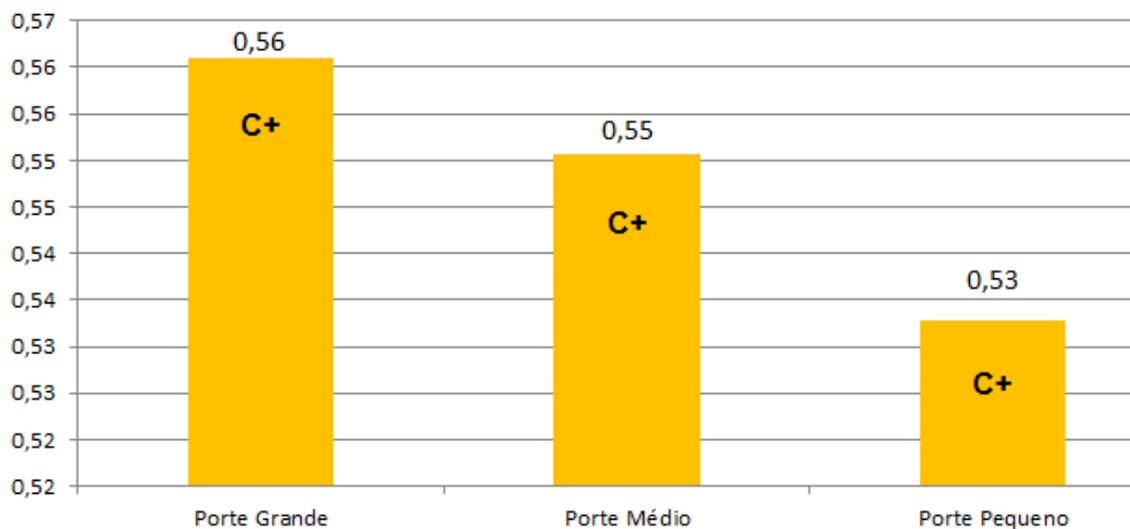
O conceito médio C+ (fase de adequação) do IEGM 2017 dos municípios fluminenses indica que a maioria das administrações municipais já possui grande parte dos controles necessários ao monitoramento de suas ações estratégicas com vistas ao atingimento de metas. Observa-se que, na média, tais administrações estão no mesmo patamar que a média dos municípios da Região Sudeste e também com a média nacional do IEGM (figura 7).

Figura 7: IEGM médio, máximo e mínimo

V.1.2 - Médias dos indicadores do IEGM (municípios do RJ, exceto capital)

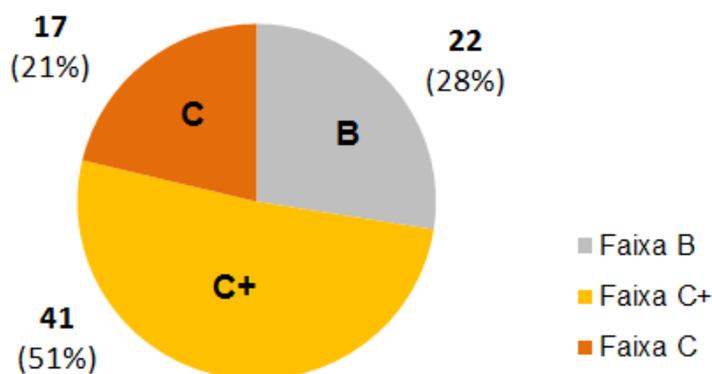
A pontuação média dos municípios apresenta o melhor resultado para o indicador i-Cidade 2017 dentre os indicadores setoriais do IEGM, enquanto os indicadores das dimensões planejamento e meio ambiente requerem maior atenção dos gestores municipais para que haja aprimoramento do conjunto de controles internos necessários para os respectivos temas (figura 8).

Figura 8: Médias dos componentes do IEGM

V.1.3 - Médias do IEGM por porte (municípios do RJ, exceto capital)

Independentemente do porte dos municípios fluminenses, o conceito médio do IEGM 2017 permanece C+. Este resultado sugere que para os municípios do estado do Rio de Janeiro seu porte não interfere significativamente na fase de adequação em que se encontram os respectivos controles internos (figura 9).

Figura 9: Médias do IEGM por porte dos municípios

V.1.4 - Proporção de municípios do RJ por faixa de resultado do IEGM

O resultado do IEGM 2017 classifica 17 municípios com conceito C (baixo nível de adequação), 41 prefeituras com conceito C+ (em fase de adequação) e 22 como B (adequados). Nenhum dos 80 municípios participantes do ciclo 2017/2016 do IEGM foi considerado como B+ (muito adequado) ou como A (altamente adequado), conforme apresenta a figura 10.

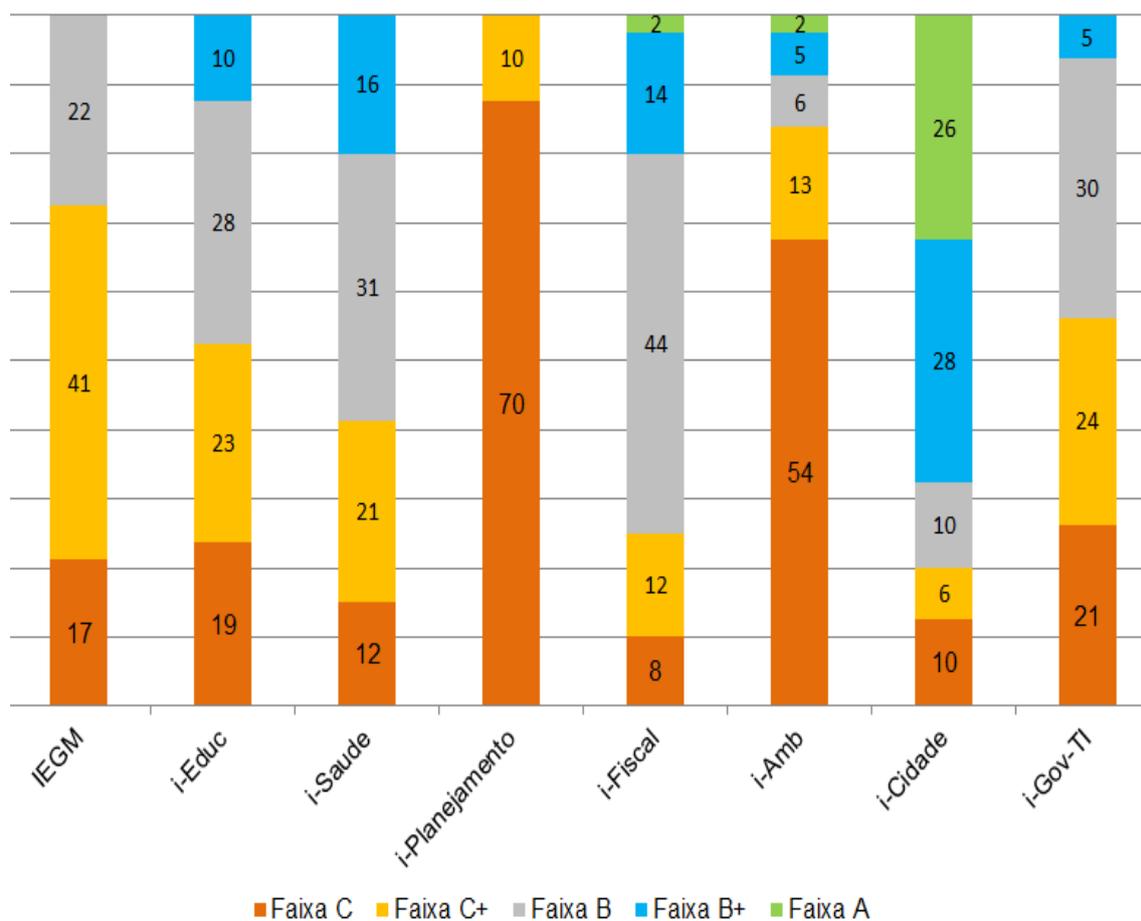
Figura 10: Proporção de municípios do RJ por faixa do IEGM

V.1.5 - Proporção de municípios por indicadores componentes do IEGM

Na distribuição dos municípios por faixas de resultados de cada um dos índices que compõem o IEGM, apresentada na figura 11, a faixa C (baixo nível de adequação) se destaca nas dimensões planejamento para 70 municípios e meio ambiente em 54 municípios.

Na dimensão educação, 28 dos 80 municípios que participaram do levantamento estão na faixa B (adequada) e 10 alcançaram o patamar B+ (muito adequado). Na dimensão Saúde, a concentração também ocorreu na faixa B, com 39% dos municípios avaliados como adequados, enquanto 16 municípios (20%) alcançaram a faixa B+.

O i-Planejamento seguiu a tendência nacional, apresentando grande concentração de municípios na faixa C (baixo nível de adequação), com 88% dos resultados. O mesmo ocorreu nos índices i-Amb (68%). O i-Gov-TI teve sua concentração na faixa B (adequada) em 30% dos municípios com destaque para 5 municípios que alcançaram a faixa B+ (muito adequada).

O i-Cidade, por sua vez, apresentou resultado contrário à tendência nacional, concentrando seus municípios na faixa B+ (muito adequada), 35% e com o destaque para 26 municípios que alcançaram o resultado A (altamente adequada) representando 33%. No i-Fiscal, prevaleceu a faixa B (adequada), com 55% dos municípios nesta situação.

Figura 11: Distribuição dos municípios por faixa de resultado do IEGM

V.2 - Resultados consolidados do i-Educ 2017

Nesta seção, estão organizados os dados e as principais informações a respeito do i-Educ fornecidos ao TCE-RJ por 80 prefeituras municipais que, entre 24/05/2017 e 17/07/2017, participaram do IEGM 2017. As 59 questões relacionadas a ações e controles municipais na temática educação são categorizadas conforme seus respectivos alinhamentos com o PNE e também por temas (quadro 4).

Quadro 4: Metas do PNE, temas e questões do i-Educ

Metas do PNE	Temas	Questões i-Educ
Metas estruturantes (1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10,11) Redução de desigualdades e valorização da diversidade (4, 8)	Evasão escolar	1
	Acesso à rede de ensino	2, 3, 4, 28, 29, 57, 58
	Monitoramento de metas	5, 6, 7
	Instalações físicas	9, 10, 11, 36
	Transporte	15
	Alimentação	14, 16, 17, 18, 20
	Material didático	32, 37, 42
	Uniforme escolar	38
	Absenteísmo	27, 39
	Capacidade pedagógica	21, 44, 59
	Idade certa	34, 35, 47, 48, 49
	Operação de creche	22, 48, 50, 51
	Operação de pré-escola	12, 23, 52, 53
	Operação de ensino fundamental	24, 25, 26, 54, 55
Valorização dos profissionais da educação (15, 16, 17, 18)	Plano de cargos e salários	13, 33, 40
Formação docente (12, 13, 14)	Formação e capacitação	19, 31, 41, 56
Gestão democrática das políticas de educação (19)	Plano Municipal de Educação	8
	Conselho Municipal de Educação	30, 43
Investimento (20)	Recursos financeiros	45, 46

V.2.1 - Evasão escolar

Questão 1	A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Evasão escolar
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Apenas 45 municípios (56% dos 80 participantes do i-Educ 2017) declararam que realizam monitoramento da taxa de abandono das crianças em idade escolar para os anos iniciais do ensino fundamental (figura 12).

O principal motivo registrado tem relação com a mudança de endereço do aluno (10%) seguido da falta de incentivo dos pais (8%). Salta aos olhos a proporção de casos de abandono sem registro específico de suas causas, pois, mesmo as administrações preocupadas com tal monitoramento não anotaram o motivo de 1.839 casos de abandono (73%) no universo de 2.522 casos informados (figura 13).

Figura 12: Municípios que monitoraram a taxa de evasão escolar

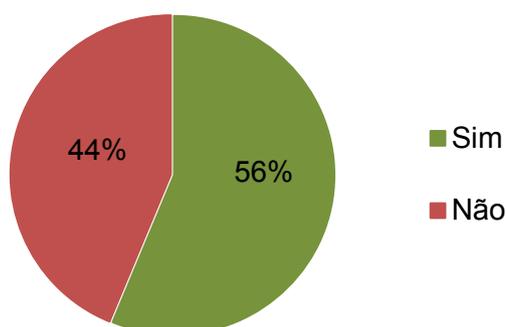
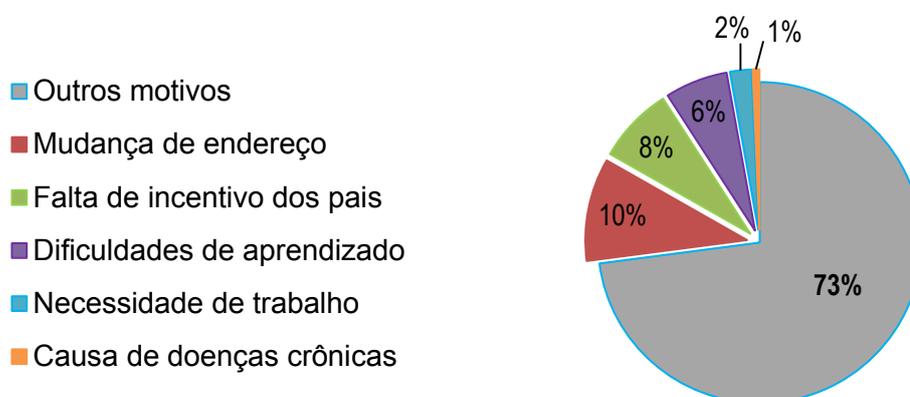
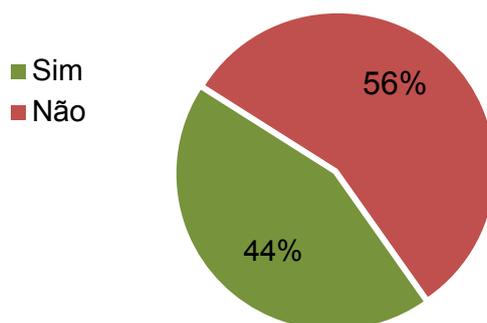



Figura 13: Causas de evasão escolar registradas

V.2.2 - Acesso à creche

Questão 2	A prefeitura municipal fez uma pesquisa para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

A consolidação dos dados do i-Educ demonstra que o desconhecimento da demanda por creches ainda é grande entre os gestores municipais, pois mais da metade dos respondentes declarou não ter feito uma pesquisa para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016 (figura 14). Uma possível reflexão a respeito da importância de haver maior preocupação com esse tema está em Coutinho (2017):

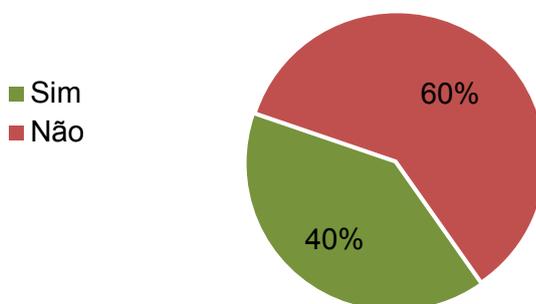
> A presença de crianças de até 3 anos de idade nas instituições de educação infantil tem se intensificado nos últimos anos e, embora a frequência à creche não chegue a 30% da população dessa faixa etária em território nacional, a expansão das matrículas revela que o fenômeno da institucionalização da infância se coloca desde bebês.
>
> Nesse contexto, as crianças imprimem marcas que falam de seu lugar no mundo, de seus modos de apropriação e vivência cotidiana institucional, e o fazem estando em relação entre elas, com os adultos, com os espaços e as bases materiais e simbólicas. Essas marcas, que dão contornos aos cotidianos da educação infantil, têm sido cada vez mais observadas com atenção, em claro reconhecimento que as criações das crianças nesses contextos importam para pensar: a organização destes, o fluxo das relações que se estabelecem, a continuidade das trajetórias escolares das crianças e os modos como elas comunicam aquilo que criam, reproduzem e expressam nas relações. [14]

Figura 14: Municípios que realizam estudo de demanda por creches

V.2.3 - Acesso à pré-escola

Questão 3	A prefeitura municipal fez uma pesquisa para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Em relação à educação infantil, a meta número 1 do PNE propôs universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. No estado do Rio de Janeiro, em 2016 ainda havia 86.542 crianças de 4 a 5 anos (21,41%) fora da pré-escola. O diagnóstico, realizado por meio do Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação (TC educa), também revela que 61 municípios dos 80 que participaram do i-Educ 2017 (76%) descumpriram a meta 1 e que apenas 2 entre os 11 municípios que não encaminharam seus dados ao TCE (18) cumpriram a meta [1].

A expressiva quantidade de municípios (60%) que não se preocupou em levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016 é representada na figura 15. Esse quadro precisa ser alterado para que as crianças fluminenses tenham direito à universalidade de sua educação na pré-escola.

Figura 15: Municípios que realizam estudo de demanda por de pré-escola

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB[4], art.29). Esse tratamento integral dos vários aspectos do desenvolvimento infantil evidencia a indissociabilidade do educar e cuidar no atendimento às crianças. [15]

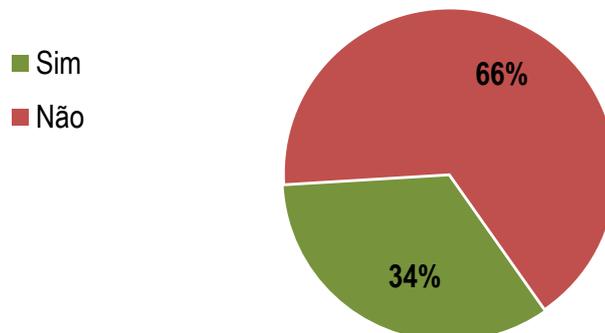
[4] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal n° 9.394/96 de 20/12/1996.

V.2.4 - Acesso aos anos iniciais do fundamental: 1º ao 5º ano

Questão 4	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2016?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

A educação básica, que tem início com a pré-escola, seguida pelo ensino fundamental (a partir de seis anos de idade, com duração de nove anos) e ensino médio (duração de três anos) visa “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22, da LDB) [16].

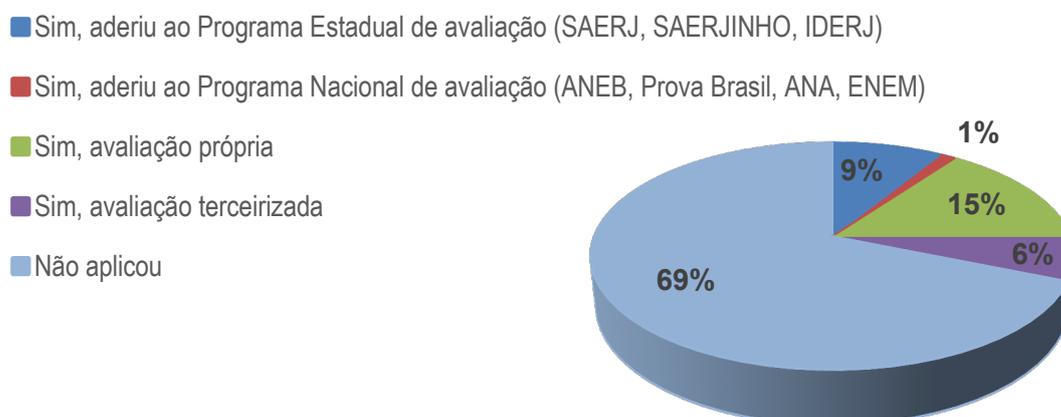
O fato de 53 municípios (66% dentre os participantes) terem declarado que não fizeram qualquer pesquisa ou estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos anos iniciais do ensino fundamental escolar em 2016, como visto figura 16, indica a necessidade de ações proativas em gestões de educação municipal com vistas à garantia do acesso à rede de ensino.

Figura 16: Municípios que realizam estudo de demanda por anos iniciais

V.2.5 - Avaliação de rendimento escolar

Questão 5	A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
Tema	Monitoramento de metas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Sessenta e nove por cento (69%) dos respondentes declararam que não aplicam qualquer programa municipal de avaliação de rendimento escolar (figura 17).

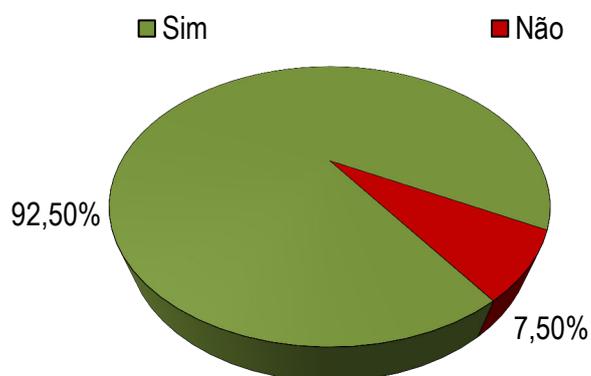
A avaliação deve ser compreendida como um instrumento de gestão, que precisa ser adotado pelas administrações municipais para o monitoramento de metas, seja por adesão a um sistema já organizado, seja por meio de sistema próprio.

Figura 17: Municípios que aplicaram programa de avaliação de rendimento escolar

É oportuno salientar que os resultados de pesquisas sobre a educação infantil no Brasil podem alertar os profissionais da educação sobre os problemas mais frequentes encontrados nas creches e pré-escolas, que precisam ser levados em conta no processo de avaliar e aprimorar a qualidade do trabalho realizado nas instituições de educação infantil. [17]

V.2.6 - Avaliação de qualidade dos anos iniciais: 1º ao 5º ano

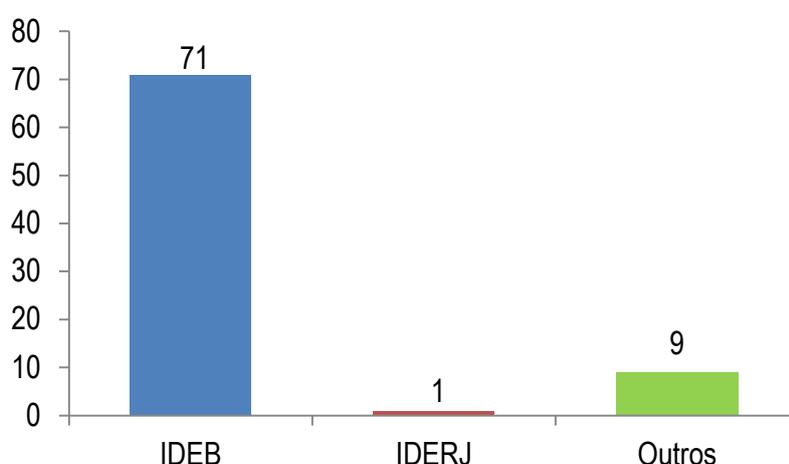
Questão 6	A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Monitoramento de metas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Quase todos os participantes do i-Educ 2017 (92,50%) declararam ter utilizado algum indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental (figura 18).

Figura 18: Municípios que utilizaram algum indicador de qualidade dos anos iniciais

V.2.7 - Indicador de qualidade dos anos iniciais: 1º ao 5º ano

Questão 7	Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Monitoramento de metas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

O Ideb foi declarado como indicador utilizado por 71 das 80 administrações municipais participantes da pesquisa. Um município informou ter utilizado mais de um indicador simultaneamente, totalizando 81 índices na figura 19.

Figura 19: Indicadores de qualidade dos anos iniciais utilizados

É preciso continuar ampliando progressivamente as médias do Ideb em cada escola, município, Distrito Federal, estado e União, tendo em vista o alcance das médias projetadas bienalmente para o País, como resultado da melhoria do fluxo escolar e, sobretudo, da aprendizagem dos estudantes, em conformidade com os padrões internacionais. Por essa razão, é de grande importância que os gestores educacionais e os professores busquem monitorar e acompanhar os resultados do Ideb, procurando implementar ações que incrementem a qualidade da aprendizagem. Cada escola e cada sistema tem uma realidade que deve ser examinada, tendo em vista a superação articulada de possíveis fragilidades encontradas. [9]

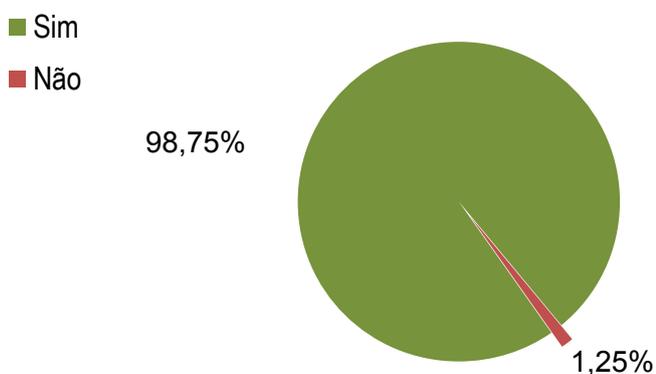
V.2.8 - Plano Municipal de Educação

Questão 8	O município possui o Plano Municipal de Educação?
Tema	Plano Municipal de Educação
Alinhamento com PNE	Gestão democrática das políticas de educação

Apenas um município declarou que não possui o Plano Municipal de Educação (figura 20). Cabe lembrar que o artigo 8º do PNE, desde 26/06/14, prescreve que:

> Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei.
>
> § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:
>
> I − assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
>
> II − considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
>
> III − garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
>
> IV − promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.
>
> § 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de que trata o *caput* deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Àqueles municípios que já possuem seu PME, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) recomenda quatro compromissos a serem assumidos: divulgação e apropriação do Plano; criação ou continuidade do Fórum Municipal de Educação; acompanhamento e monitoramento das metas; e planejamento da política educacional. [18]

Figura 20: Municípios que possuem Plano Municipal de Educação

V.2.9 - Laboratório de informática para os anos iniciais: 1º ao 5º ano

Questão 9	Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?
Tema	Instalações físicas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Segundo as informações prestadas pelos 80 participantes do i-Educ, 32,50% das escolas municipais (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para uso de seus alunos (figura 21).

Figura 21: Municípios que possuem laboratórios ou sala de informática

V.2.10 - Infraestrutura das escolas

Questão 10	Sobre a infraestrutura das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), informe: Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação): _______________ Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18m x 30m): _______________
Tema	Instalações físicas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Sete municípios informaram que possuem mais de 30 escolas com adaptações para crianças com deficiência, como rampas de acesso e salas de aula adaptadas. Em outro extremo, há relatos de 13 municípios que não possuem nenhuma unidade escolar adaptada (figura 22).

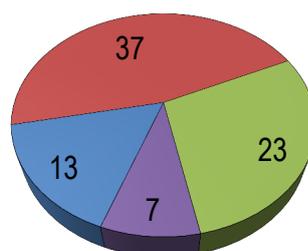
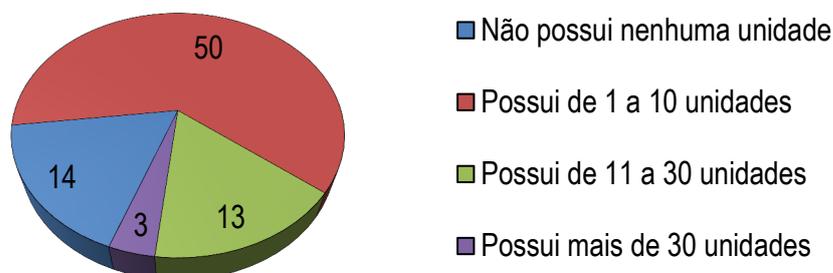
Figura 22: Municípios que possuem escolas adaptadas para crianças com deficiência

Apenas 3 municípios (3,75% de 80 respondentes) declararam não possuir nenhuma escola com quadra coberta, enquanto 50 municípios informaram possuir entre uma e dez unidades escolares com quadra coberta (figura 23).

Figura 23: Municípios que possuem escolas com quadra poliesportiva coberta

V.2.11 - Manutenção nas unidades de ensino

Questão 11	Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2016, informe quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.). Informe quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura:
Tema	Instalações físicas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Para 11 municípios, há necessidade de reparos em mais de 50 de suas escolas, enquanto apenas um município declarou que não possui unidades com necessidade de qualquer manutenção imediata. Importa destacar que 15 municípios declararam não possuir registros sobre as necessidades de reparos de suas escolas. Figura 24.

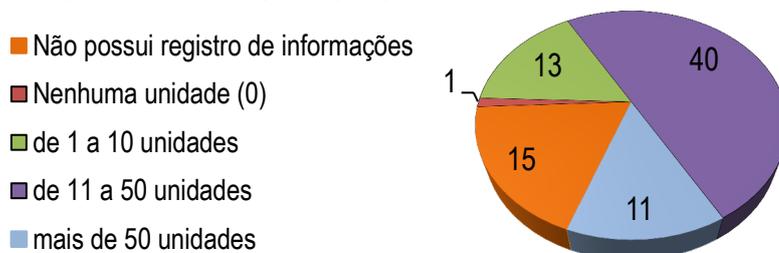
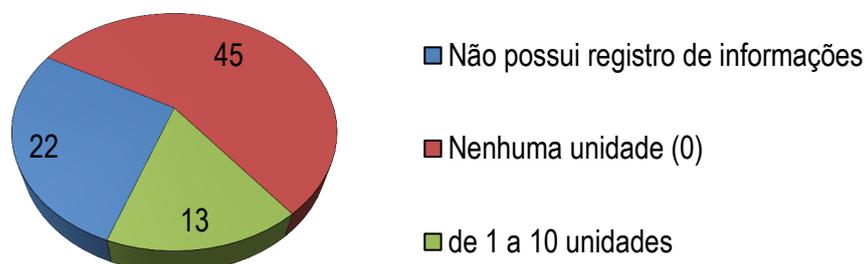
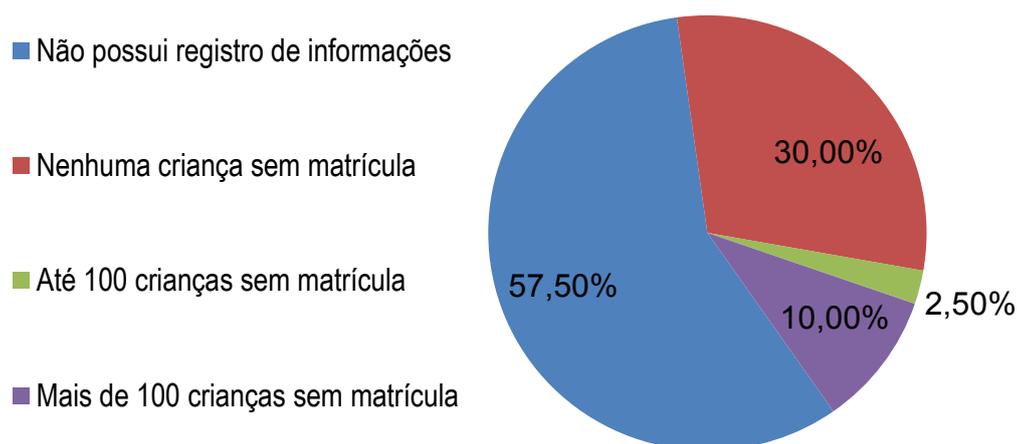
Figura 24: Municípios que possuem escolas com necessidade de reparos

Conforme a figura 25, treze municípios possuem até 10 prédios escolares sem funcionar devido a problemas de infraestrutura (figura 25).

Figura 25: Municípios com escolas sem funcionar por problemas de infraestrutura

V.2.12 - Crianças de 4 a 5 anos não matriculadas na pré-escola

Questão 12	Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016
Tema	Operação de pré-escola
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Embora trinta por cento dos municípios tenham informado que matricularam todas as crianças de 4 a 5 anos de idade na pré-escola em 2016 (figura 26), o fato de 57,50% dos municípios participantes do i-Educ declararem desconhecimento a respeito do número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016 indica um quadro alarmante que necessita de atenção dos gestores municipais.

Figura 26: Situação das matriculas na pré-escola de crianças de 4 a 5 anos

V.2.13 - Piso salarial municipal dos professores: 1º ao 5º ano

Questão 13	Qual o piso salarial municipal dos professores? Creche? Pré-escola? Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Plano de cargos e salários
Alinhamento com PNE	Valorização dos Profissionais de Educação

Os pisos informados para professores de creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, em regra, não variam significativamente quando comparados entre si no mesmo município, conforme as figuras 27, 28 e 29 e os valores informados (tabela 1).

Tabela 1: Médias de pisos salarias de professores municipais

	Creche	Pré-escola	Anos iniciais
Menor valor de piso salarial	R$ 937,00	R$ 937,00	R$ 937,00
Média do piso	R$ 1.481,52	R$ 1.475,53	R$ 1.497,49
Maior valor de piso salarial	R$ 3.030,81	R$ 3.030,81	R$ 3.467,72

Figura 27: Piso salarial municipal dos professores da creche

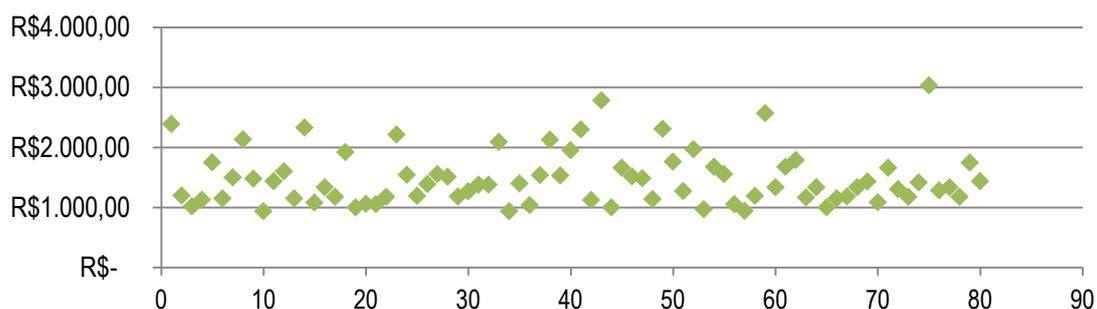



Figura 28: Piso salarial municipal dos professores da pré-escola

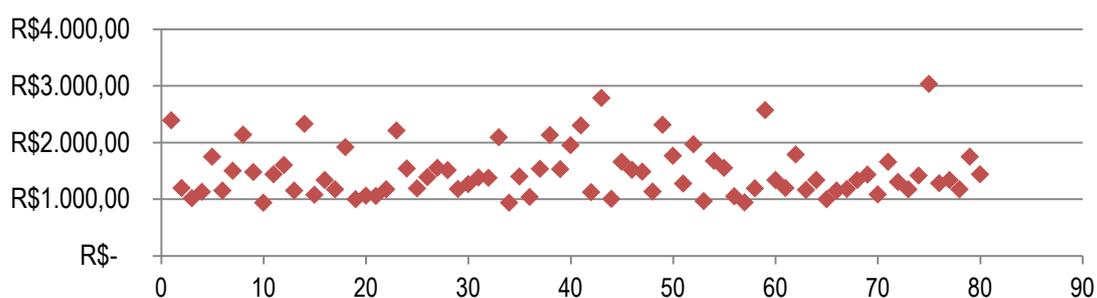
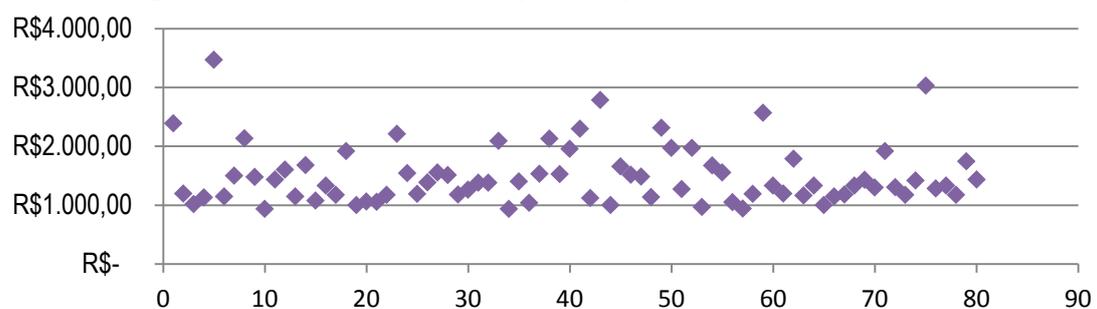
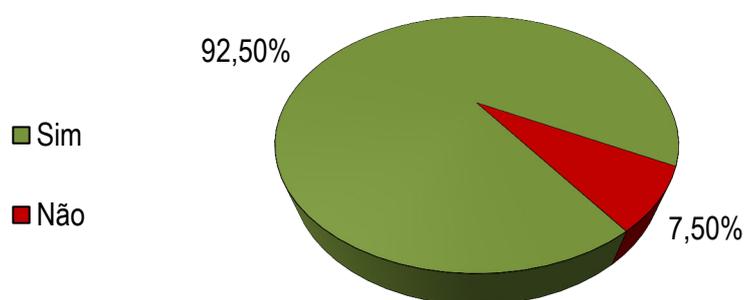



Figura 29: Piso salarial municipal dos professores do 1º ao 5º ano

V.2.14 - Cardápio da merenda

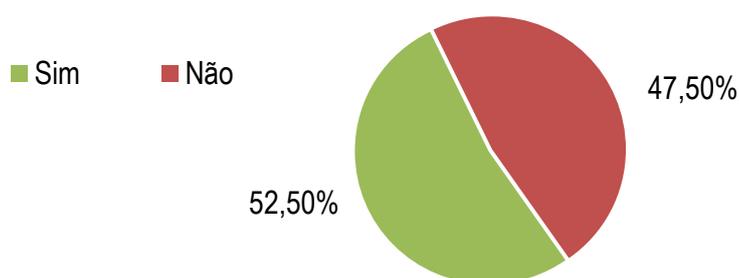
Questão 14	O município divulga e cumpre o cardápio preestabelecido pelo(a) nutricionista?
Tema	Alimentação
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Apenas 6 (7,5%) municípios informaram que não divulgam e cumprem o cardápio da alimentação escolar (figura 30).

Figura 30: Municípios que divulgam e cumprem cardápios

V.2.15 - Tempo de viagem das rotas do transporte escolar

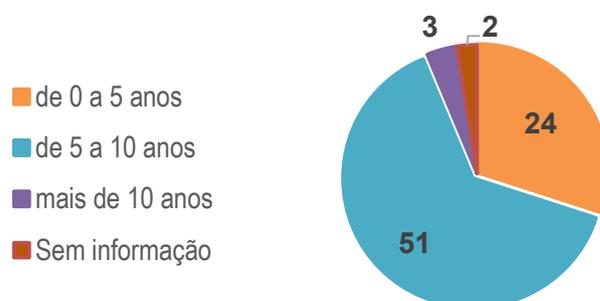
Questão 15	Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar? Qual a média de tempo (em minutos)?
Tema	Transporte
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Mais da metade dos municípios (52,50%) declararam que possuem um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar (figura 31).

Figura 31: Municípios que possuem estudos de viagens do transporte escolar

V.2.16 - Idade média da frota escolar

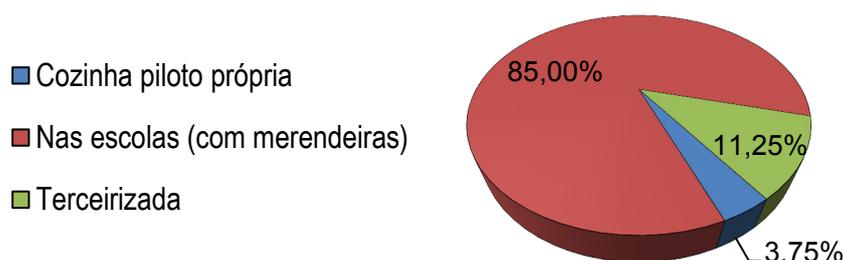
Questão 16	Qual a idade média da frota escolar, em anos?
Tema	Transporte
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

As frotas escolares utilizadas para o transporte escolar por 51 municípios (63% dos 80 que participaram da pesquisa) possuem de cinco a dez anos de idade, conforme as informações apresentadas na figura 32.

Figura 32: Municípios por idades médias de frotas escolares

V.2.17 - Preparação da merenda

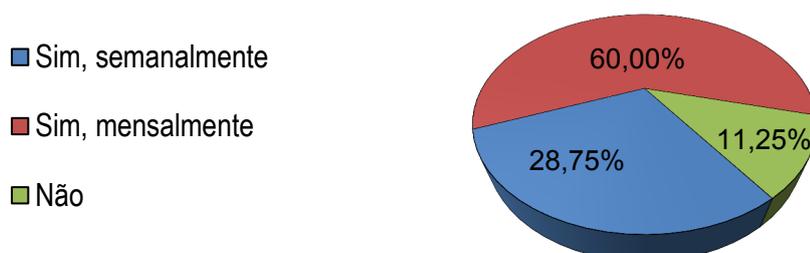
Questão 17	Como é feita a preparação da merenda no município? Qual o custo unitário médio do almoço?
Tema	Alimentação
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Oitenta e cinco por cento (85%) dos municípios participantes da pesquisa declararam que contratam merendeiras (figura 33).

Figura 33: Municípios por tipo de preparação de merenda

V.2.18 - Controle elaborado por nutricionista

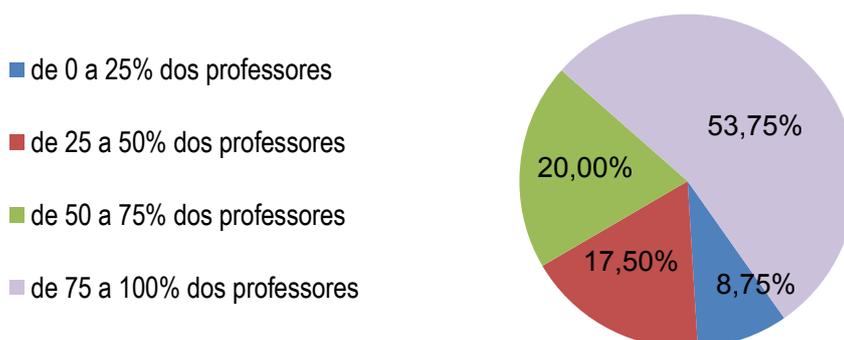
Questão 18	Existe um controle por meio de relatórios elaborados pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?
Tema	Alimentação
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Mais de oitenta e oito por cento (88%) dos municípios participantes do i-Educ informaram que possuem controle (semanal ou mensal) por meio de relatórios elaborados por nutricionista sobre as cozinhas e de acompanhamento de cardápio na rede escolar municipal (figura 34).

Figura 34: Existência de controle sobre a cozinha

V.2.19 - Formação de nível superior em curso de licenciatura

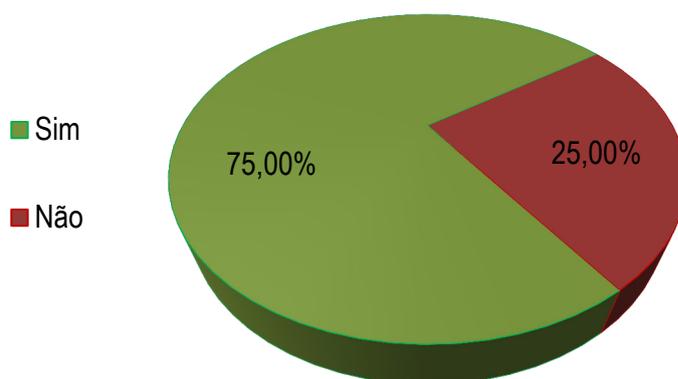
Questão 19	Todos os professores da educação básica possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996? Qual o percentual de professores que possuem?
Tema	Formação e capacitação
Alinhamento com PNE	Formação docente

Segundo 53,75% dos municípios participantes da pesquisa, entre 75% e 100% de seus professores que atuam na Educação Básica possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (figura 35).

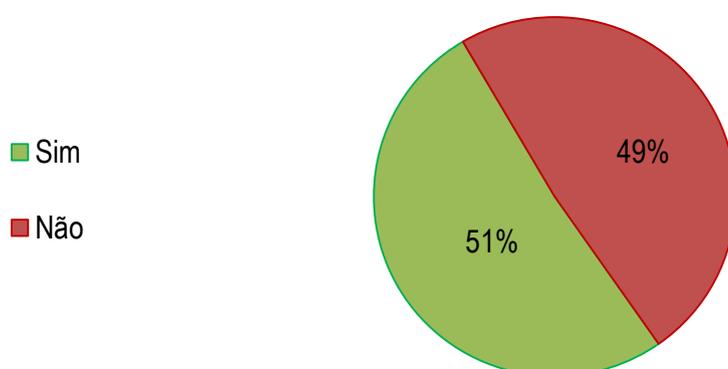
Figura 35: Professores da Educação Básica com nível superior

V.2.20 - Atas elaboradas pelo Conselho de Alimentação Escolar

Questão 20	O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço? Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016?
Tema	Alimentação
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

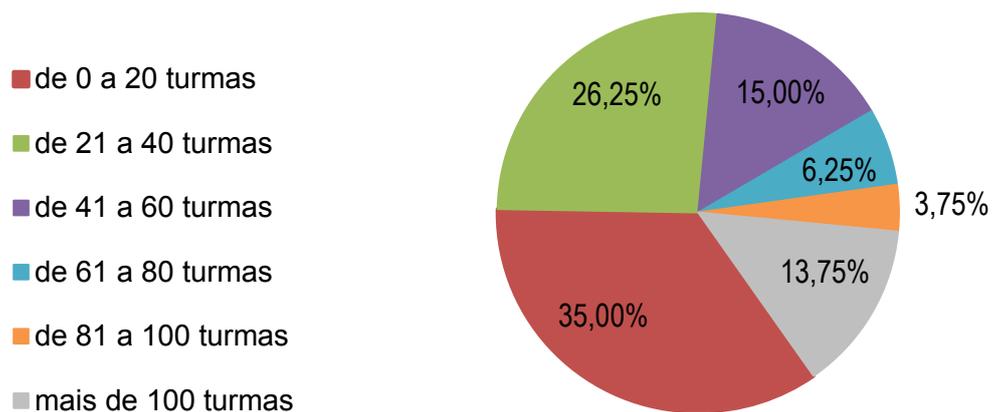
Conforme as informações encaminhadas ao TCE-RJ, em 75% dos municípios participantes do i-Educ há Conselhos de Alimentação Escolar que elaboraram atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais de cozinhas, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar cardápios (figura 36).

Figura 36: Municípios com Conselho de Alimentação Escolar ativo

V.2.21 - Programa e desenvolvimento de leitura e escrita

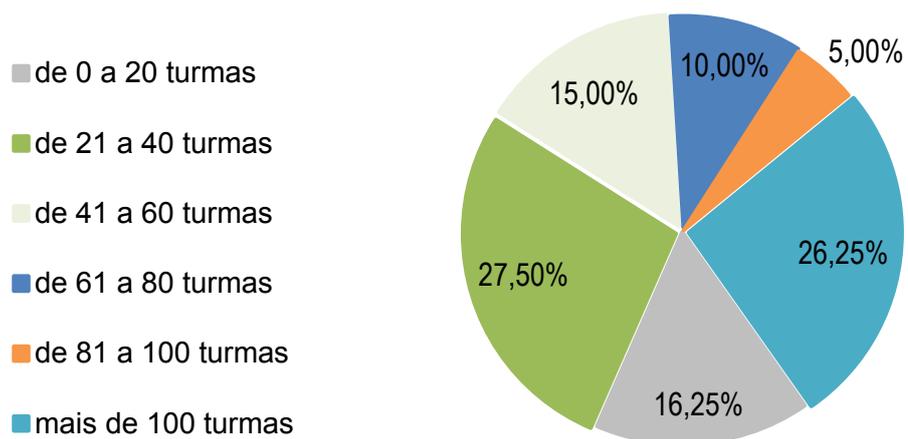
Questão 21	O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Qual? Informe mais detalhes sobre o programa de desenvolvimento de leitura e escrita aplicado (1º ano a 5º ano)
Tema	Capacidade pedagógica
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 37: Municípios com programas para competências de leitura e escrita

V.2.22 - Turmas para creche

Questão 22	Qual o total de turmas para creche?
Tema	Operação de creche
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

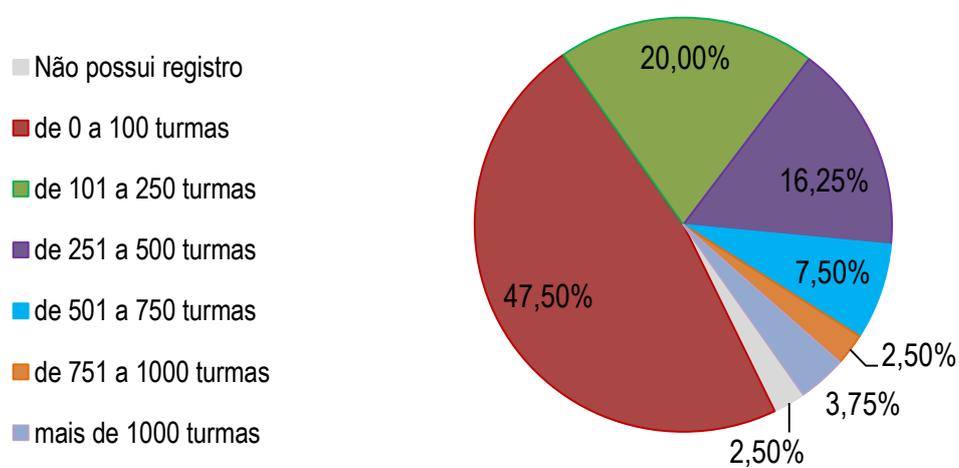
Figura 38: Turmas para creche por município

V.2.23 - Turmas para pré-escola

Questão 23	Qual o total de turmas para pré-escola?
Tema	Operação de pré-escola
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 39: Turmas para pré-escola por município

V.2.24 - Turmas para os anos iniciais do ensino fundamental

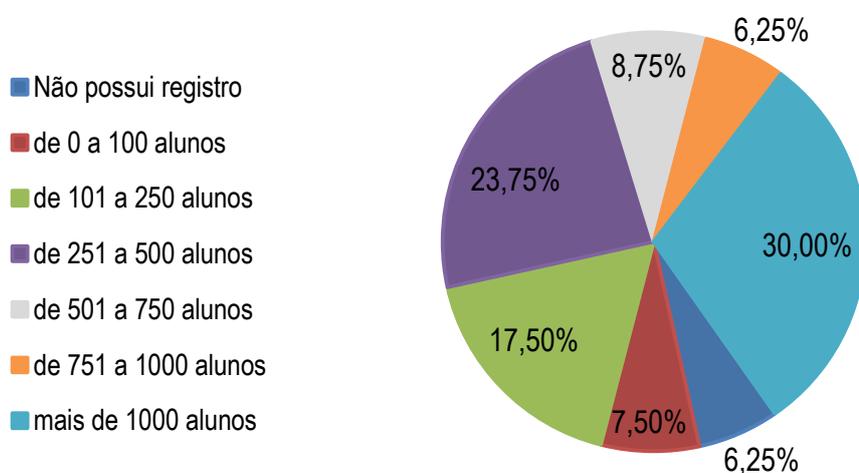
Questão 24	Qual o total de turmas para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Dois municípios (2,5% dos respondentes do i-Educ) declararam que não possuem registros sobre a quantidade de turmas para os anos iniciais do ensino fundamental (figura 40).

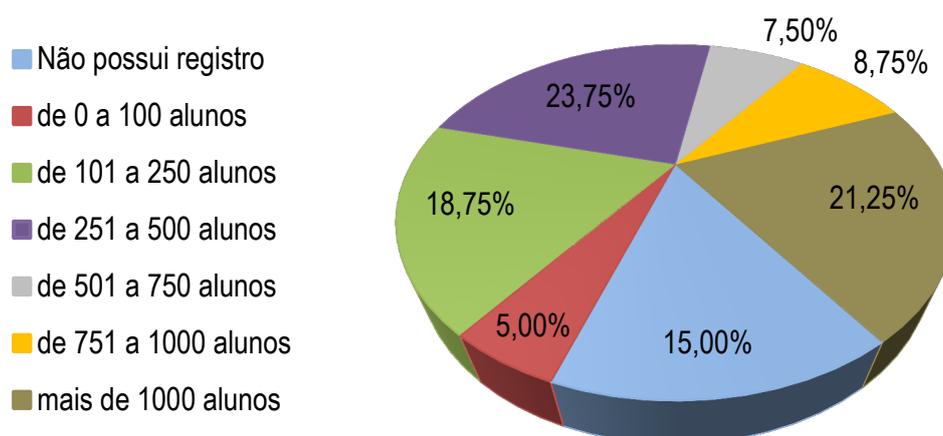
Figura 40: Turmas para os anos iniciais do ensino fundamental por município

V.2.25 - Alunos que terminaram o 5º ano em 2016

Questão 25	Qual a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental em 2016?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Cinco municípios (6,5% dos respondentes do i-Educ) declararam que não possuem registros sobre a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental em 2016 (figura 41).

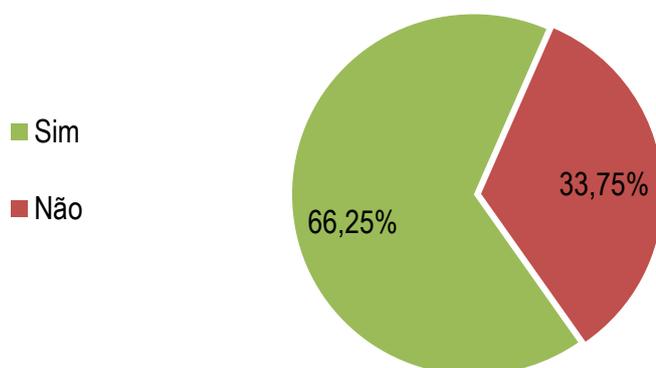
Figura 41: Alunos que terminaram o 5º ano do ensino fundamental em 2016

V.2.26 - Alunos matriculados no 5º com aproveitamento no 6º ano

Questão 26	Qual a quantidade de alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental em 2016 que tiveram aproveitamento no 6º ano do ensino fundamental em 2017?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

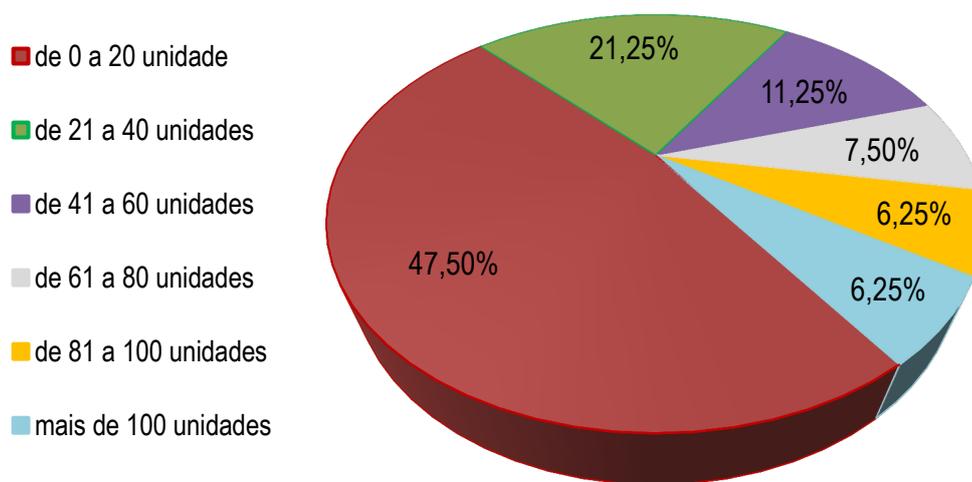
Figura 42: Alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental

V.2.27 - Ausência de professores de anos iniciais: 1º ao 5º ano

Questão 27	Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Não existe registro sobre ausências de professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os anos iniciais do ensino fundamental em 35,75% dos municípios que responderam ao questionário do i-Educ.

Figura 43: Controle de ausência dos professores por faltas (1º ao 5º ano)

V.2.28 - Quantidade de unidades públicas municipais de ensino

Questão 28	Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 44: Unidades públicas municipais de ensino

V.2.29 - Período integral: creche, pré-escola e 1º ao 5º ano

Questão 29	Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2016 para creche? Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2016 para pré-escola? Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2016 para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 45: Vagas em período integral em creche

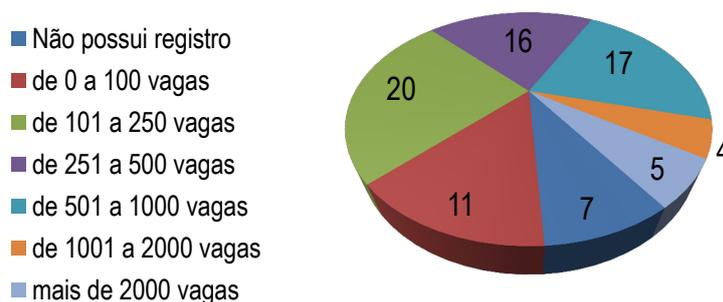



Figura 46: Vagas em período integral em pré-escola

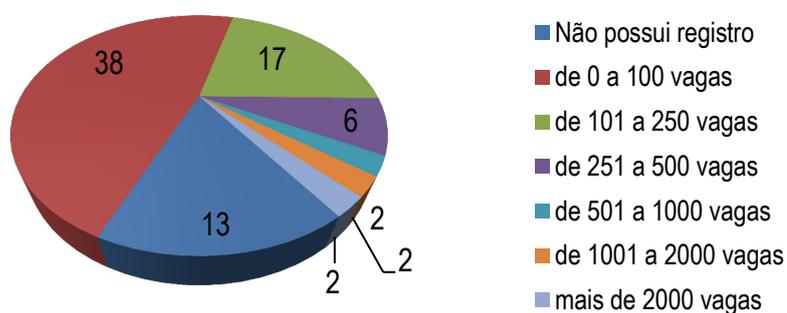
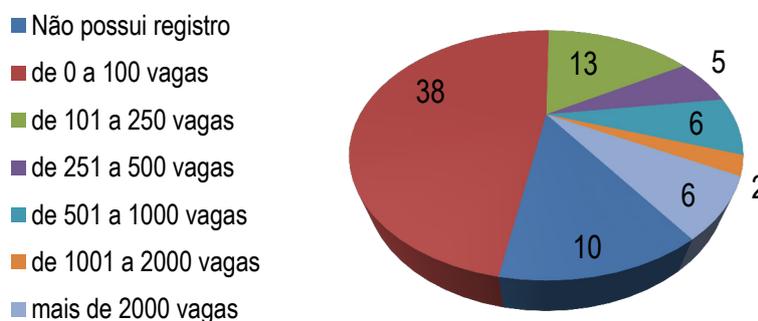



Figura 47: Vagas em período integral nos anos iniciais (1º ao 5º ano)

V.2.30 - Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante

Questão 30	Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?
Tema	Conselho Municipal de Educação
Alinhamento com PNE	Gestão democrática das políticas de educação

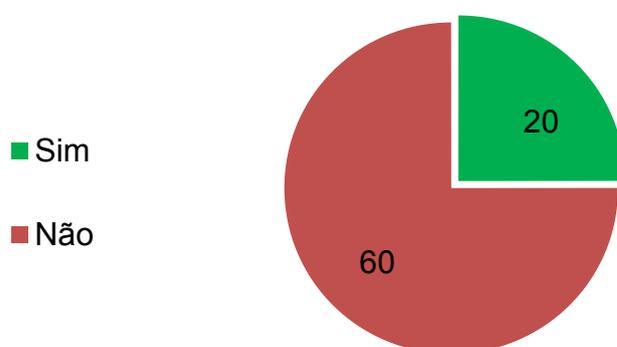
Todos os municípios possuem Conselho Municipal de Educação estruturado.

Vale lembrar aos Conselhos Municipais de Educação já estruturados que o MEC realiza o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

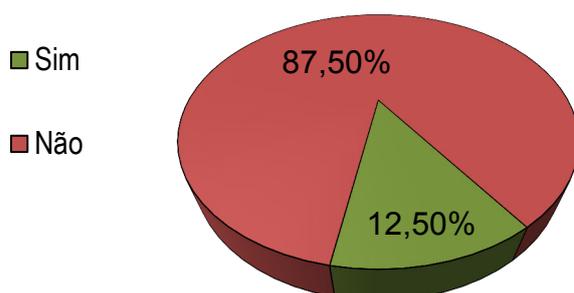
O programa estimula a criação de novos conselhos municipais de educação, o fortalecimento daqueles já existentes e a participação da sociedade civil na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, dentre outras ações. O Pró-Conselho tem como principal objetivo qualificar gestores e técnicos das secretarias municipais de educação e representantes da sociedade civil para que atuem em relação à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle do uso das verbas da educação. Os conselhos municipais de educação exercem papel de articuladores e mediadores das demandas educacionais junto aos gestores municipais e desempenham funções normativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora. (http://portal.mec.gov.br/pro-conselho)

V.2.31 - Recursos em capacitação e avaliação de professores

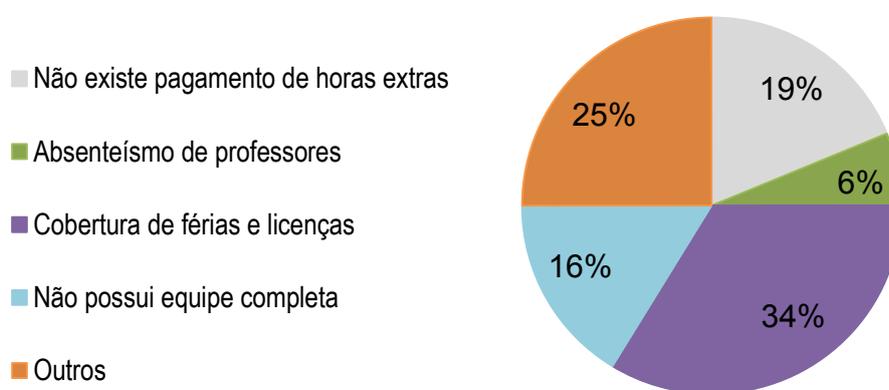
Questão 31	Em 2016, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante em creches? Em 2016, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante na pré-escola? Em 2016, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Formação e capacitação
Alinhamento com PNE	Formação docente

Figura 48: Municípios que investiram em capacitação e avaliação do corpo docente

V.2.32 - Material didático elaborado por empresa terceirizada

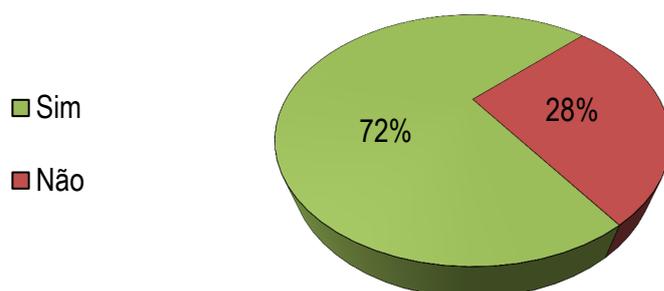
Questão 32	O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)? Informe o CNPJ da(s) empresa(s) e razão social da(s) empresa(s):
Tema	Material didático
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 49: O município utiliza material didático de empresa terceirizada

V.2.33 - Pagamento de horas extras para professores

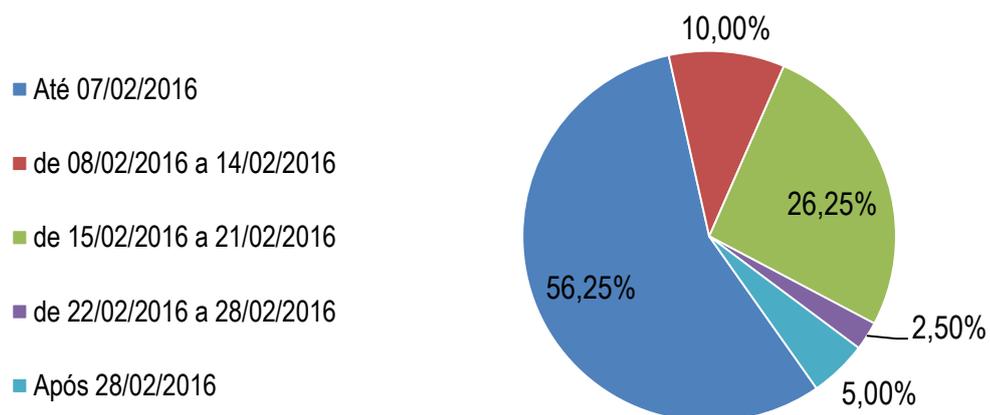
Questão 33	Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?
Tema	Plano de cargos e salários
Alinhamento com PNE	Valorização dos profissionais da educação

Figura 50: Razões para pagamento de horas extras para os professores

V.2.34 - Distorção idade/série nos anos iniciais: 1º ao 5º ano

Questão 34	O município possui levantamento da distorção idade/série nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Idade certa
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 51: Município possui levantamento da distorção idade/série (1º ao 5º ano)

V.2.35 - Data de início do ano letivo

Questão 35	Qual a data de início do ano letivo de 2016?
Tema	Idade certa
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 52: Data de início do ano letivo de 2016

V.2.36 - Bibliotecas e salas de leitura

Questão 36	Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
Tema	Instalações físicas
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 53: Escolas da rede municipal possuem bibliotecas

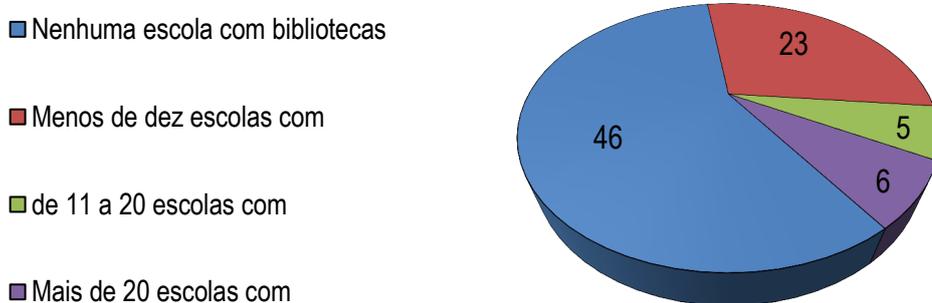
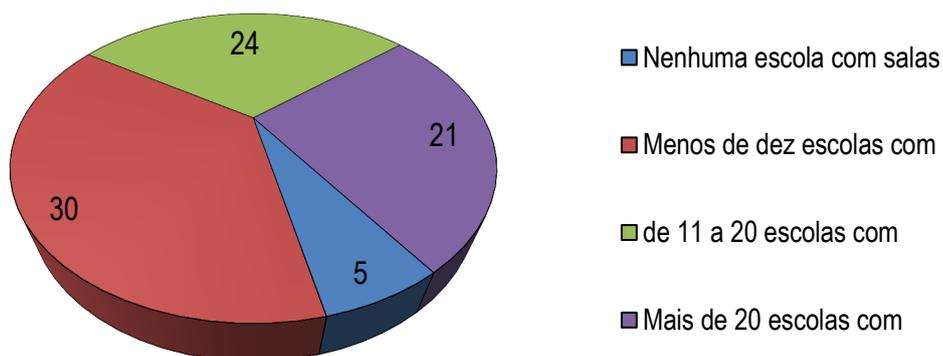



Figura 54: Escolas da rede municipal possuem sala de leitura

V.2.37 - Entrega do material didático

Questão 37	Houve entrega do material didático (livros, apostilas etc.) aos alunos na rede municipal? Qual a data da entrega?
Tema	Material didático
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 55: Houve entrega do material didático

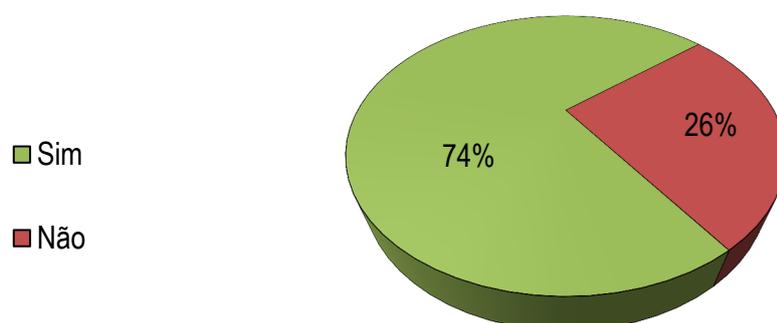
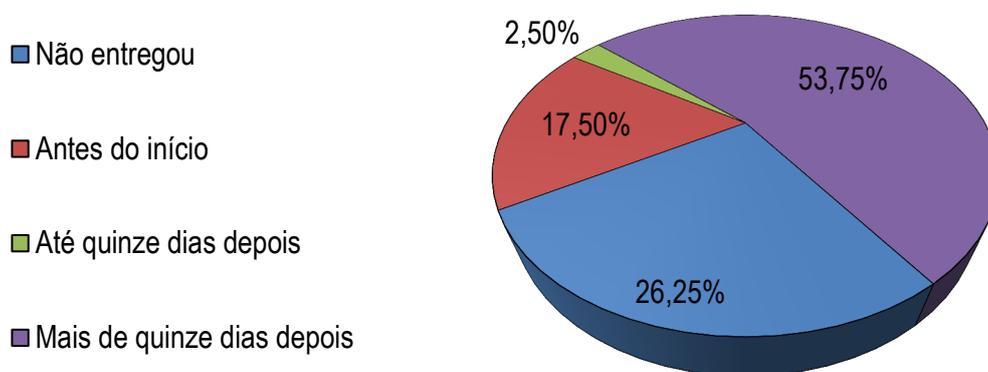



Figura 56: Houve entrega do material didático

V.2.38 - Entrega do uniforme escolar

Questão 38	Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal? Qual a data da entrega?
Tema	Uniforme escolar
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 57: Data entrega do uniforme escolar à rede municipal

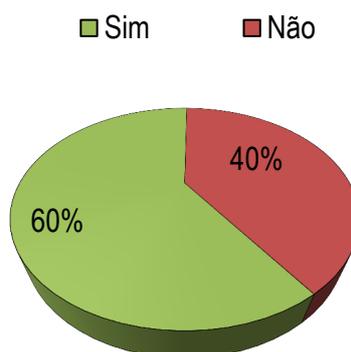
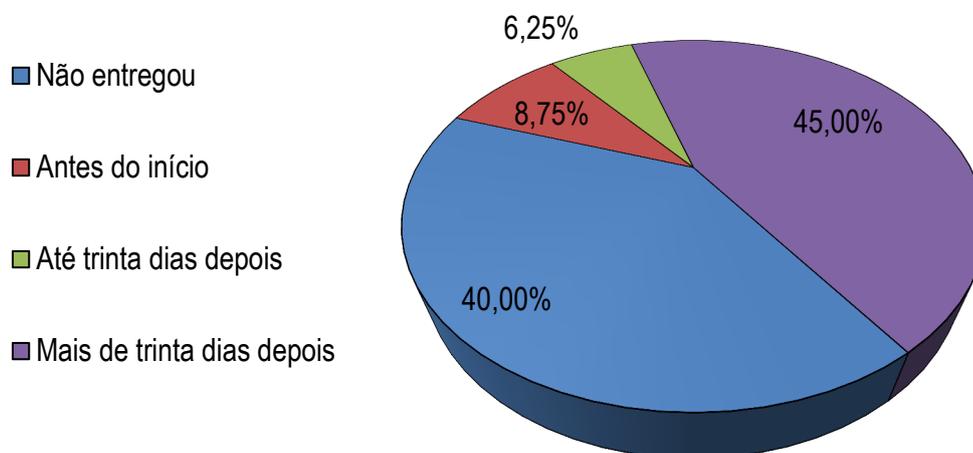
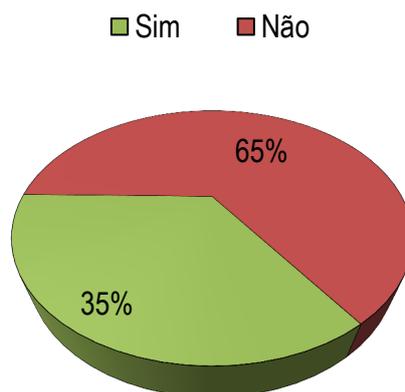



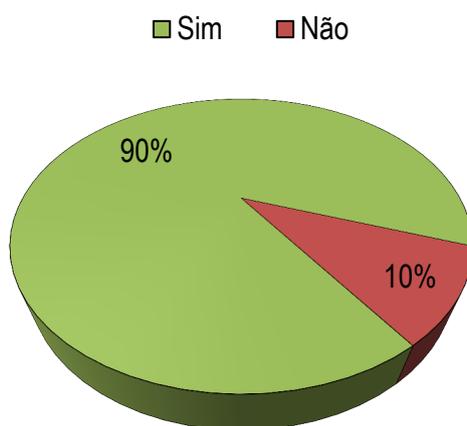
Figura 58: Data da entrega do uniforme em relação ao início do ano letivo

V.2.39 - Inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula

Questão 39	Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?
Tema	Absenteísmo
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 59: Existência de programa de inibição ao absenteísmo de professores

Também é possível aumentar a eficiência fazendo com que os professores dediquem mais tempo a atividades em sala de aula e reduzindo o absenteísmo. Professores no Brasil dedicam uma parte do tempo em atividades pouco produtivas. Em média, professores usam somente 65% de seu tempo para ensinar, ao passo que, segundo as melhores práticas internacionais, o ideal seria 85%. Também é necessário reduzir o absenteísmo entre os professores. Em São Paulo, por exemplo, o índice chega a 16% e, em Pernambuco, a 10% (em comparação a 5% nos EUA). As ausências estão relacionadas a fatores ambientais (trânsito, violência, calor, estresse), mas também são causadas por leis permissivas que concedem licenças por muitos motivos não verificáveis. Além disso, desvinculação entre desempenho, estabilidade e remuneração, e mecanismos frágeis de monitoramento e controle fazem com que professores tenham pouco incentivos a manter frequência adequada. A literatura internacional oferece algumas possíveis soluções: introdução de um bônus por frequência para os professores; melhora dos mecanismos para registrar ausências e presenças; introdução e aplicação de ameaças de demissão por absenteísmo excessivo; introdução de benefícios vinculados à aposentadoria; e publicação de índices médios de absenteísmo nos relatórios de desempenho das escolas.

V.2.40 - Plano de cargos e salários para professores

Questão 40	A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores? Qual o número da lei?
Tema	Plano de cargos e salários
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 60: Prefeituras com Planos de Cargos e Salários

Na imagem seguinte é possível observar duas faixas de municípios. Na parte inferior da figura encontram-se representados os municípios que não possuem plano de cargos e salários, enquanto na faixa superior da imagem estão os municípios que têm o plano.

Dentro de cada faixa de municípios é possível visualizar a proporção de professores com nível superior em licenciatura na área de conhecimento em que atuam em uma escala de 0% a 100%.

Figura 61:Faixas de municípios com (e sem) plano de cargos e salários x Proporção de professores com nível superior em licenciatura

Fonte: IEGM 2017 (dados de 17/07/2017) - i-Educ questões q19, q19a e q40 (TCE-RJ, 2018).
q19: Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?
q19a: Qual o percentual de professores que possuem?
q40: A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

V.2.41 - Capacitação de professores: infantil e fundamental

Questão 41	Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidas pelo município destinadas a professores atuantes em creches no exercício de 2016. E para professores atuantes na pré-escola no exercício de 2016? E para professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental (1º a 5º ano) no exercício de 2016?
Tema	Formação e capacitação
Alinhamento com PNE	Formação docente

Figura 62: Treinamento e capacitação para professores atuantes na creche

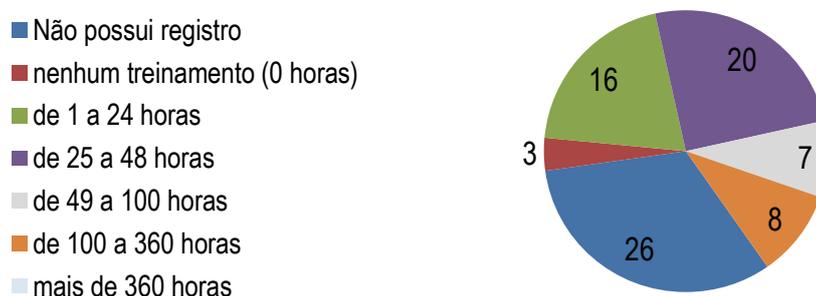



Figura 63: Treinamento e capacitação para professores atuantes na pré-escola

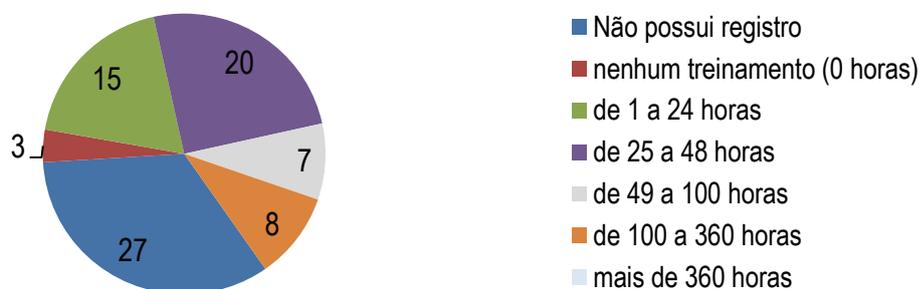
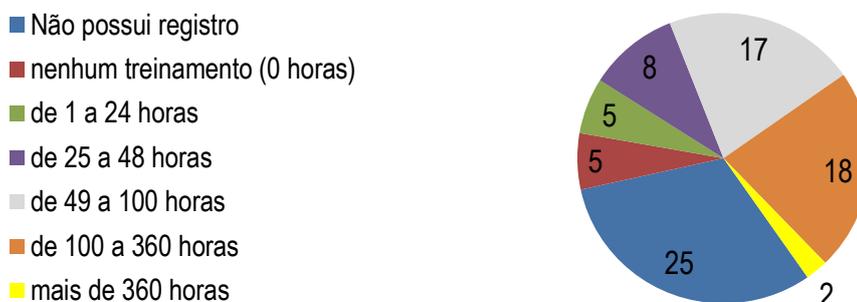



Figura 64: Treinamento e capacitação para professores (1º a 5º ano)

V.2.42 - Entrega do kit escolar

Questão 42	Houve entrega do kit escolar à rede municipal? Qual a data da entrega?
Tema	Material didático
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 65: Municípios que entregaram o kit escolar

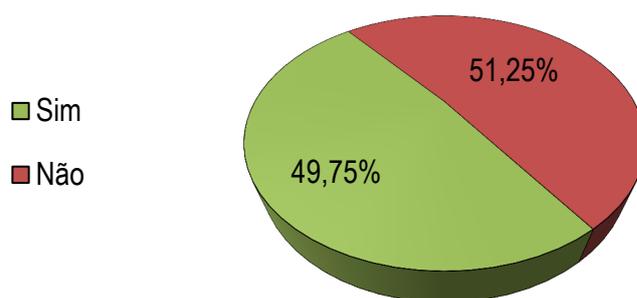
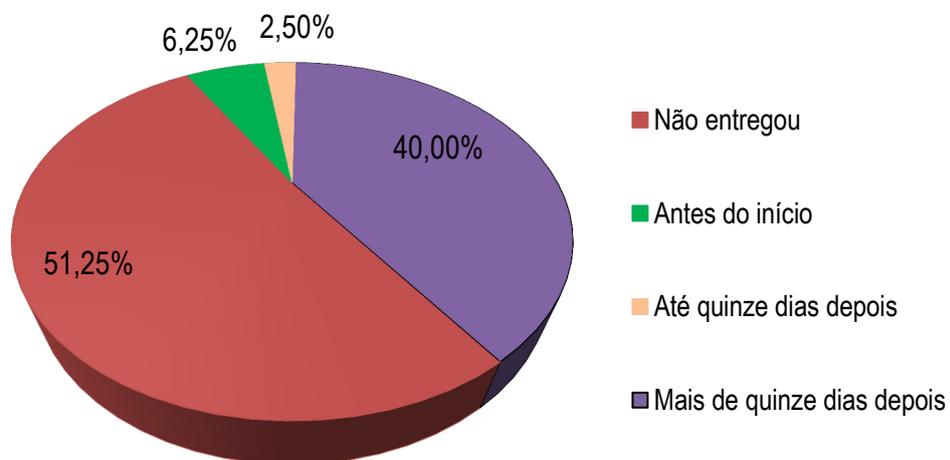
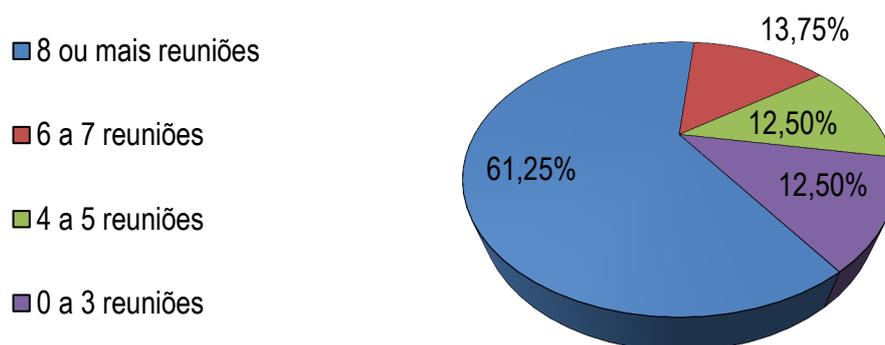
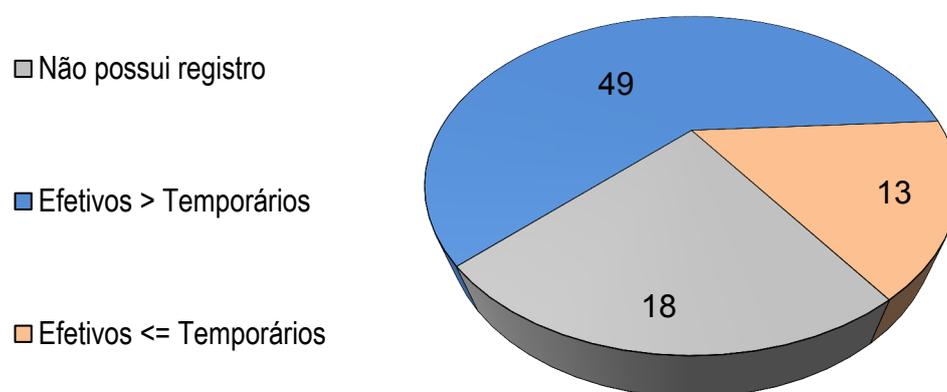



Figura 66: Data de entrega do kit escolar em relação ao início do ano letivo

V.2.43 - Reuniões do Conselho Municipal de Educação

Questão 43	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?
Tema	Conselho Municipal de Educação
Alinhamento com PNE	Gestão democrática das políticas de educação

Figura 67: Reuniões realizadas pelo CME no último exercício

V.2.44 - Profissionais de apoio: 1º ao 5º ano

Questão 44	Informe o número de profissionais da educação não docentes (monitor, pedagoga, psicóloga, secretária) ocupantes de cargos de provimento efetivo nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Informe o número de profissionais da educação não docentes (monitor, pedagoga, psicóloga, secretária) temporários nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)
Tema	Capacidade pedagógica
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 68: Servidores públicos efetivos e temporários

V.2.45 - Percentual total aplicado do FUNDEB em MDE

Questão 45	Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007: percentual TOTAL aplicado em Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE; percentual aplicado no magistério.
Tema	Recursos financeiros
Alinhamento com PNE	Investimento

Figura 69: Municípios que aplicaram pelo menos 95% do Fundeb no MDE

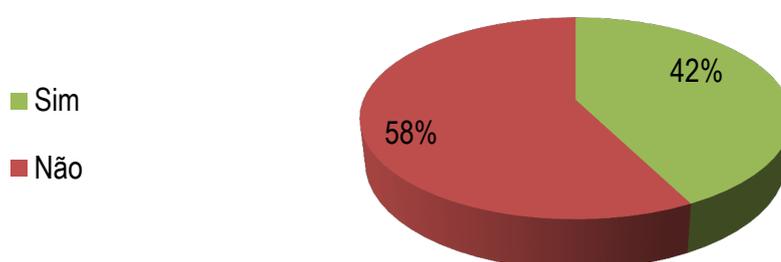
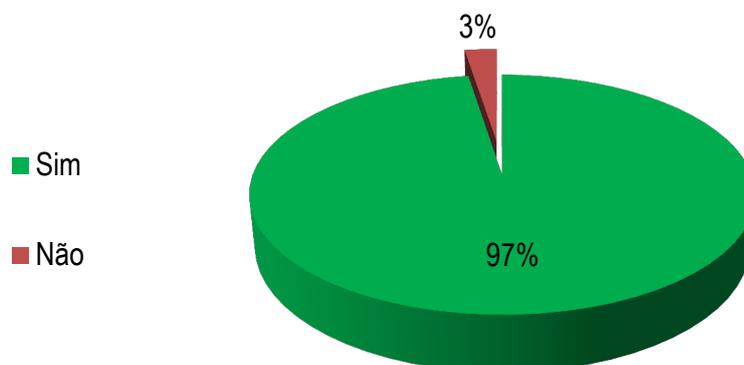
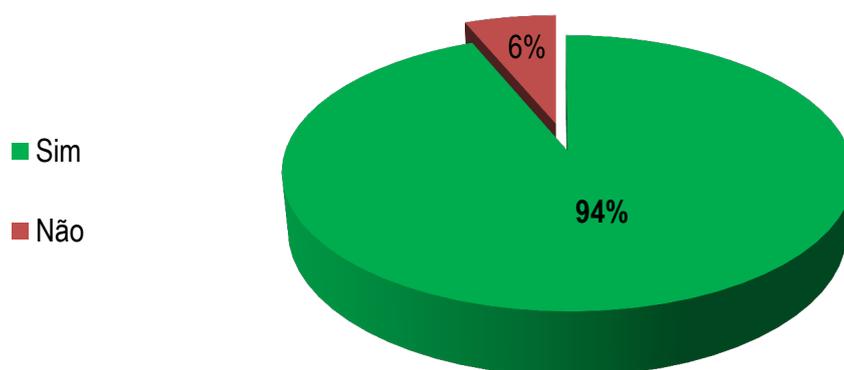
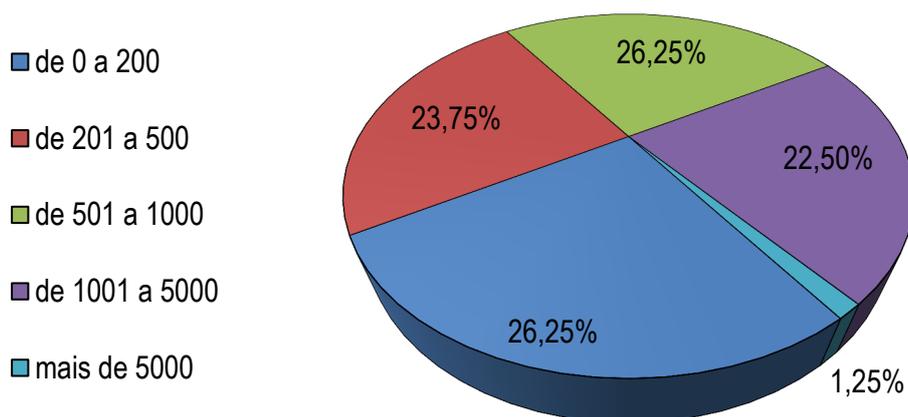



Figura 70: Municípios que aplicaram pelo menos 60% do Fundeb no magistério

V.2.46 - Manutenção e desenvolvimento do ensino

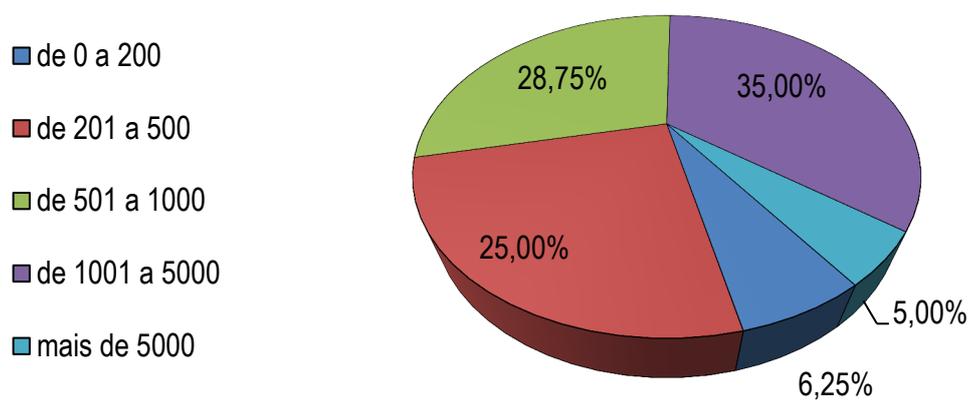
Questão 46	Com base no art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe: percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
Tema	Recursos financeiros
Alinhamento com PNE	Investimento

Figura 71: Aplicação da receita resultante de impostos na MDE (mínimo de 25%)

V.2.47 - Matrículas realizadas em creche

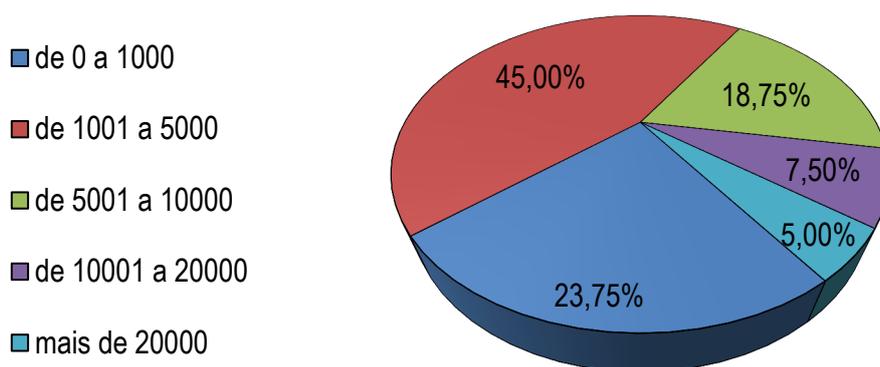
Questão 47	Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?
Tema	Idade certa
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 72: Quantidade de matrículas realizadas em creche

V.2.48 - Matrículas realizadas em pré-escola

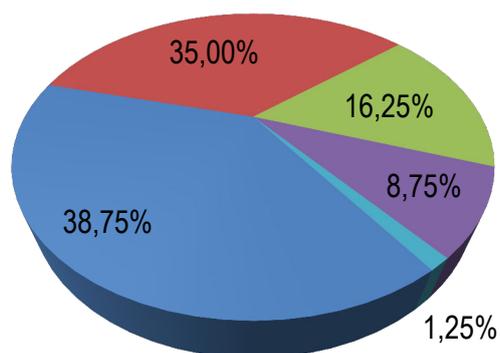
Questão 48	Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?
Tema	Idade certa
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 73: Quantidade de matrículas realizadas em pré-escola

V.2.49 - Matrículas realizadas nos anos iniciais: 1º ao 5º ano

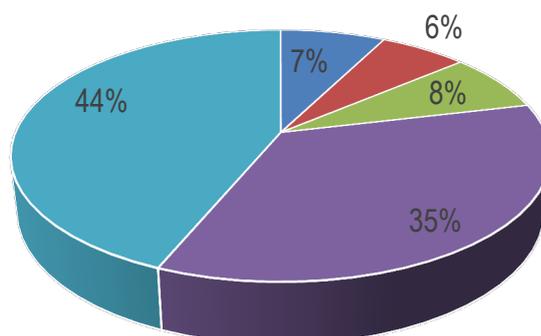
Questão 49	Qual a quantidade de matrículas realizadas nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Idade certa
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 74: Quantidade de matrículas realizadas (1º ao 5º ano)

V.2.50 - Professores efetivos destinados à creche

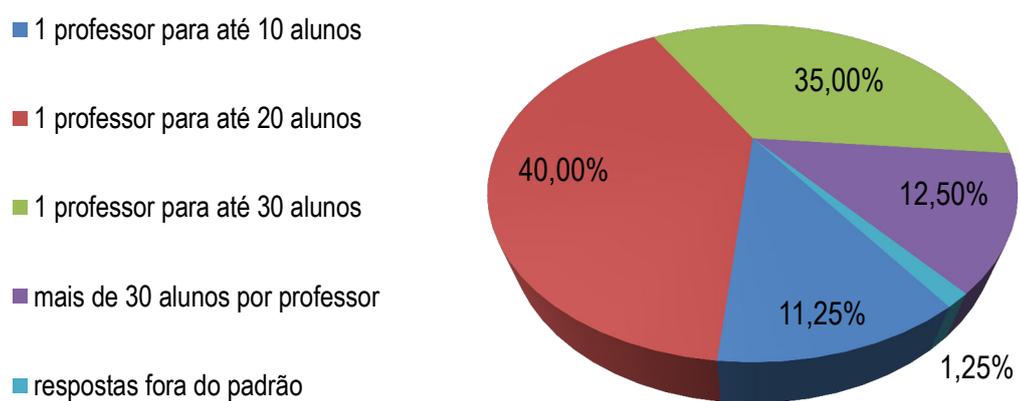
Questão 50	Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?
Tema	Operação de creche
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 75: Quantidade de professores efetivos destinados à creche

V.2.51 - Professores temporários destinados à creche

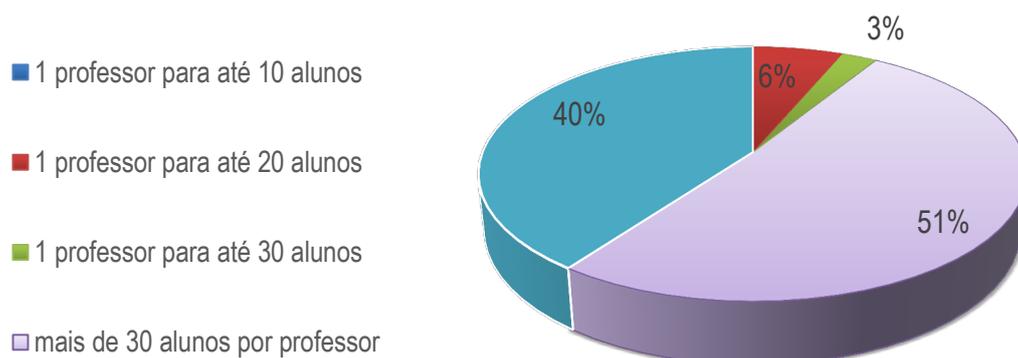
Questão 51	Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?
Tema	Operação de creche
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 76: Quantidade de professores temporários destinados à creche

V.2.52 - Professores efetivos destinados à pré-escola

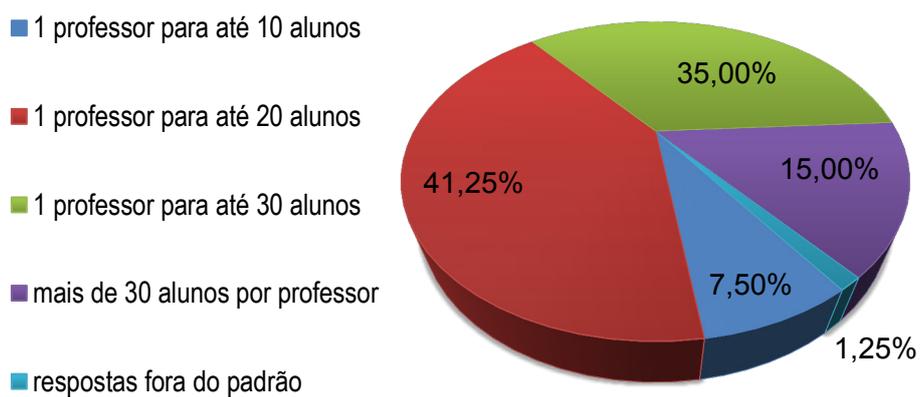
Questão 52	Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?
Tema	Operação de pré-escola
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 77: Quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola

V.2.53 - Professores temporários na pré-escola

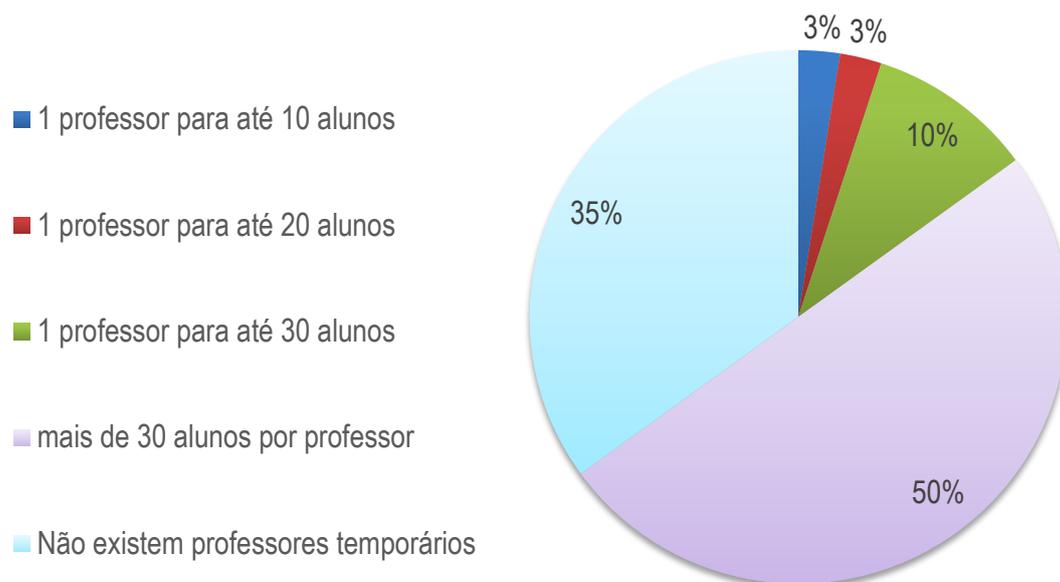
Questão 53	Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?
Tema	Operação de pré-escola
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 78: Quantidade de professores temporários destinados à pré-escola

V.2.54 - Professores efetivos: 1º ao 5º ano

Questão 54	Qual a quantidade de professores efetivos destinados aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 79: Quantidade de professores efetivos (1º ao 5º ano)

V.2.55 - Professores temporários: 1º ao 5º ano

Questão 55	Qual a quantidade de professores temporários destinados aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Operação de ensino fundamental
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 80: Quantidade de professores temporários (1º ao 5º ano)

V.2.56 - Professores com pós-graduação: básico e fundamental

Questão 56	Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação: Creche? Pré-escola? Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Formação e capacitação
Alinhamento com PNE	Formação docente

Figura 81: Professores efetivos com pós-graduação em creche

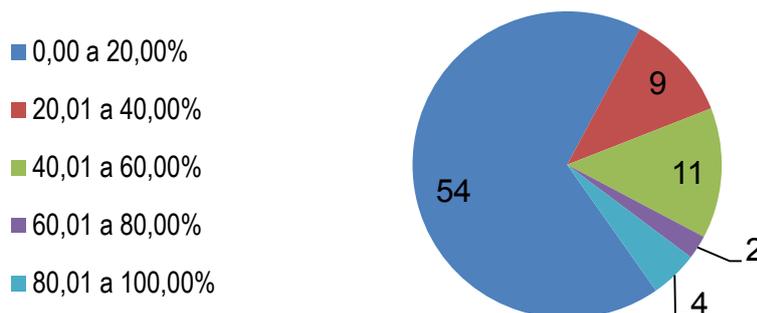



Figura 82: Professores efetivos com pós-graduação em pré-escola

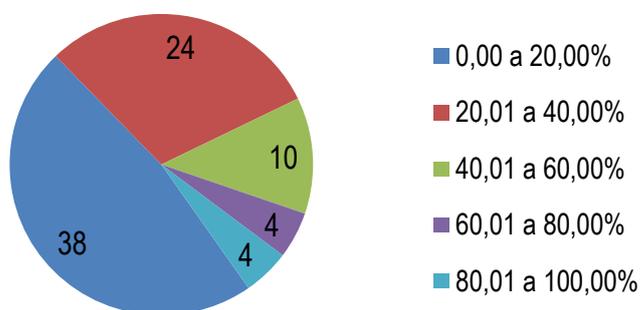
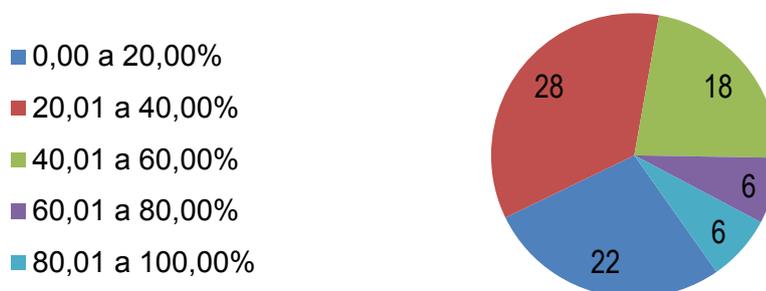



Figura 83: Professores efetivos com pós-graduação (1º ao 5º ano)

V.2.57 - Estabelecimentos de ensino: básico e fundamental

Questão 57	Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) estavam funcionando durante o exercício de 2016?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 84: Estabelecimentos funcionando (creche)

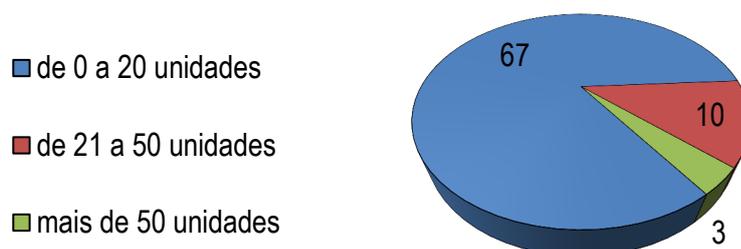



Figura 85: Estabelecimentos funcionando (pré-escola)

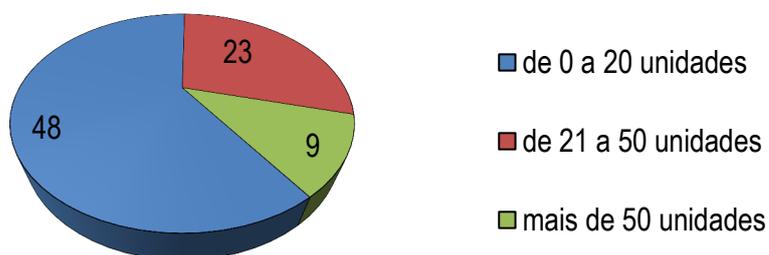
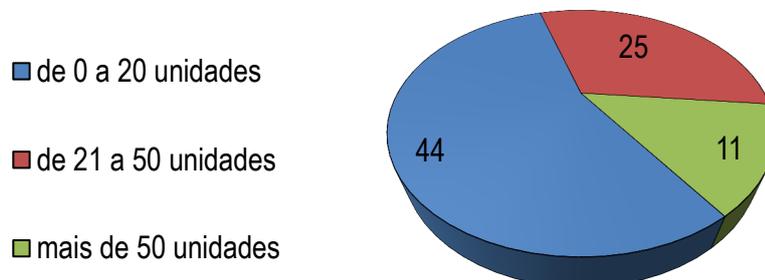



Figura 86: Estabelecimentos funcionando (anos iniciais)

V.2.58 - Ensino em período integral: básico e fundamental

Questão 58	Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2016? Creche? Pré-escola? Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Tema	Acesso à rede de ensino
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 87: Estabelecimentos funcionando em período integral (creche)

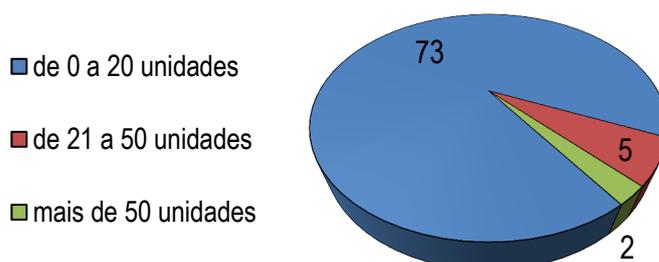



Figura 88: Estabelecimentos funcionando em período integral (pré-escola)

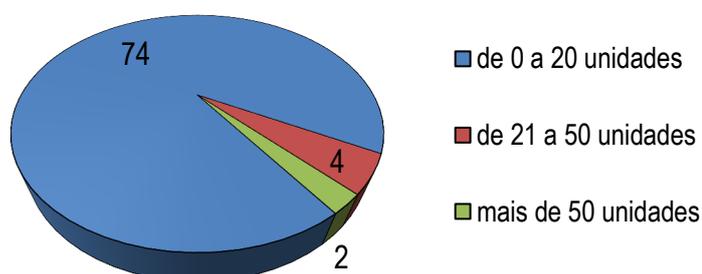
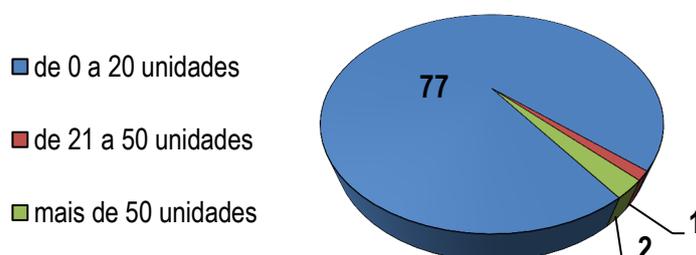
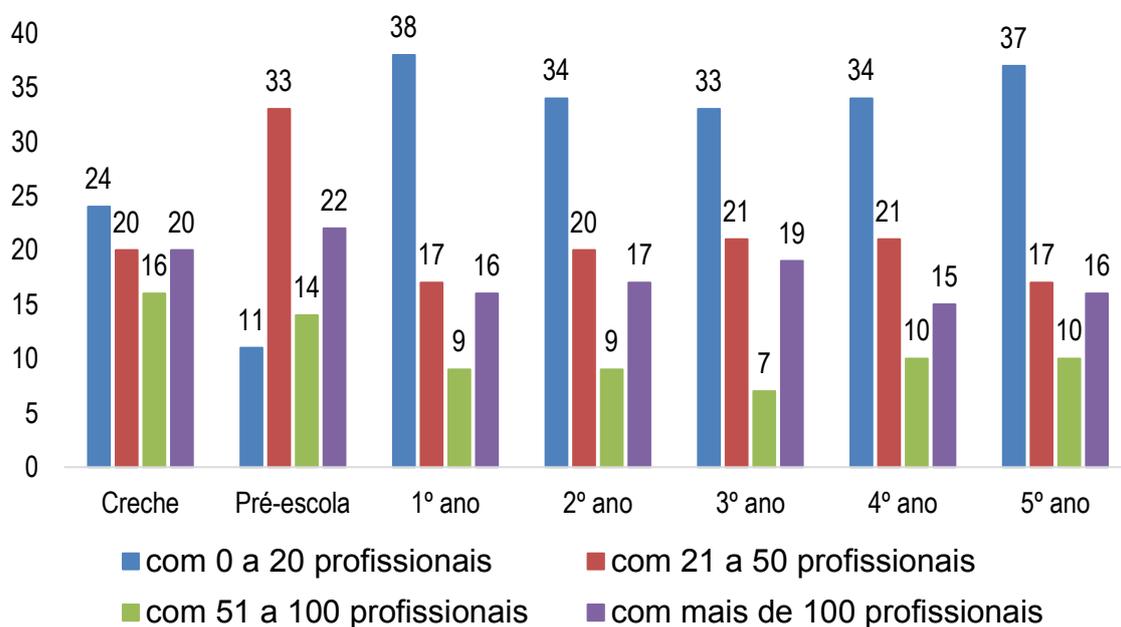



Figura 89: Estabelecimentos funcionando em período integral (anos iniciais)

V.2.59 - Profissionais de educação em sala: básico e fundamental

Questão 59	Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto aos alunos da rede municipal? Creche? Pré-escola? 1º ao 5º ano do fundamental?
Tema	Capacidade pedagógica
Alinhamento com PNE	Metas estruturantes

Figura 90: Municípios x Profissionais de educação

VI- Considerações finais

A Educação é o tema central deste relatório. O ponto de partida para as contribuições do TCE-RJ nesse universo será por meio do i-Educ, cujos dados estão divulgados para que os gestores e toda a sociedade possam somar esforços com os profissionais de ensino e os pesquisadores de órgãos especializados a fim de melhorar a educação no Estado do Rio de Janeiro.

O i-Educ é um indicador que compõe o IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), índice nacional desenvolvido pelo Sistema de Tribunais de Contas do Brasil, que mede os esforços das gestões municipais na melhoria de algumas áreas em que atuam, dentre elas, a educação.

Basicamente existem dois tipos de índices ou indicadores: os indicadores de resultado e os de esforço. O primeiro mede o resultado de uma gestão e é usado para guiar as metas dos administradores. Já o segundo, mensura o esforço empregado para chegar ao resultado pretendido.

Mas o que fazer diante de resultados insatisfatórios?

Em síntese, para que seja possível chegar ao resultado pretendido é necessário realizar o esforço suficiente para tanto.

No âmbito da Educação, são exemplos de indicadores de resultado o Ideb, o percentual de proficiência em português e matemática, dentre outros.

Surge, então, a necessidade de mensurar, quantitativa e qualitativamente, os esforços que estão sendo empregados para que sejam feitos diagnósticos para o alcance dos resultados pretendidos.

Neste momento, a colaboração do TCE-RJ ocorre, também, por meio do fomento de debates em torno de boas práticas e desafios a serem superados na educação básica. Há problemas complexos, de longa data e com soluções controversas entre especialistas.

Esforço x Resultado

Na edição do IEGM 2017 foram medidos os esforços de 80 municípios em relação a 7 (sete) temáticas, classificados em 5 faixas, estabelecidas desde Baixo Nível de Adequação (C) até Altamente Adequado (A).

Registre-se que nenhum município do Estado do Rio de Janeiro teve seu esforço avaliado como altamente adequado.

O cruzamento do índice de esforço empregado (i-Educ) com índices de resultado existentes como Ideb e Saeb (proficiências em português e matemática), dentre outros, gera informações para identificação das oportunidades de melhoria.

Neste sentido, observando as associações dos resultados do i-Educ com os números do último Ideb (2015) indicadas na figura 4, pág. 17, percebe-se que **dos 10 municípios que realizaram maior esforço** (i-Educ), **60% alcançaram a meta do índice federal**. De forma inversa, os **19 municípios que realizaram menor esforço apenas 21% atingiram os objetivos do Ideb**. Na gestão da educação, dentre todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, com exceção da capital, somente 38,5% administrações alcançaram a meta do Ideb: 35 municípios.

Os dados revelam também que, dentre **os 11 municípios que não participaram do i-Educ 2017, apenas um (1) alcançou a meta do Ideb em 2015**, portanto há ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar patamares adequados. Em relação à proficiência em português e em matemática, a mesma lógica é observada.

Dentre os 10 municípios mais bem avaliados pelo i-Educ, 50% (5 municípios) garantiram a proficiência em português e a meta do Ideb; e das 19 cidades com a avaliação C (o quadrante mais abaixo), apenas três cidades (16%) alcançaram as metas (proficiência e Ideb). Se observados todos os quadrantes da figura 5 (pág. 18)**, apenas 31 cidades alcançaram as metas estabelecidas, ou seja, 39% das cidades respondentes**.

Apesar de 30% dos municípios não alcançarem proficiência em português, **quase 49% não possuem programa específico de desenvolvimento de leitura e escrita** para sanar as deficiências dos alunos nessas áreas. Lembramos que vários estudos associam habilidades de escrita e compreensão de leitura com o desempenho escolar dos estudantes.

Ainda sobre o preocupante estágio dos municípios fluminenses em proficiência em português, constata-se que 46% deles declararam que nenhuma de suas escolas possui bibliotecas ou salas de leitura.

Na avaliação da proficiência em matemática, os resultados são ainda mais baixos. Dos 80 respondentes, **somente 12 municípios (15%) alcançaram a proficiência e a meta do Ideb**. Os últimos dados em relação a essa pauta mostram que dos 91 municípios do Rio de Janeiro sob jurisdição do TCE-RJ, apenas 18 alcançaram o resultado esperado para matemática, ou seja, 19,8%.

Note-se que os municípios de Cardoso Moreira, Santo Antônio de Pádua e São João da Barra merecem estudos pormenorizados, uma vez que alcançaram a proficiência tanto em português quanto em matemática e também atingiram a meta do Ideb, apesar de estarem classificados no quadrante de mais baixo conceito do i-Educ (baixo nível de adequação).

Acesso, Fluxo Escolar e Idade Certa

Com relação ao acesso no sistema de ensino, ao fluxo escolar e à idade certa, cabe alertar para o fato de que **39% dos estudantes fluminenses na idade de 17 anos estão fora da série recomendada**, ao passo que em São Paulo são 15% e em Minas Gerais, 30%.[5]

Segundo o INEP, a taxa de distorção de série dos anos iniciais atinge 18,5% dos alunos em todo o Brasil.

---

[5] GOIS, Antônio. (23/03/18). Defasagem escolar atinge 37% dos jovens de 17 anos no Brasil. O Globo Educação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/defasagem-escolar-atinge-37-dos-jovens-de-17-anos-no-brasil-22522159>. Acesso em: 22 fev. 2018.

Este é um problema crucial no ensino brasileiro, pois é grande o número de alunos que não tiveram acesso à educação na idade certa e, ainda, outros que não conseguiram acompanhar o fluxo escolar, fator importante para o desinteresse em face de frustrações. Este é um grande desafio: impedir que este tipo de exclusão continue se repetindo ao longo do tempo.

Um dos temas relacionados às metas estruturantes para a redução das desigualdades alinhadas ao PNE, que necessitam de maior atenção, é o **número de crianças de 4 e 5 anos não matriculadas na pré-escola: 57,5% não possuem qualquer controle.**

Outro fator que chama a atenção nos resultados do i-Educ é a deficiência dos municípios no planejamento para a entrada de crianças no ensino formal: 56% declararam não realizar estudo de demanda por creches, 60% não têm projeção sobre a demanda por pré-escola e **66% não realizam estudo de demanda por anos iniciais do Ensino Fundamental** (1º ao 5º ano).

Vale lembrar que a meta 1 do PNE estabeleceu universalizar, até 2016 – portanto um objetivo não alcançado –, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

O i-Educ 2017 mostrou, ainda, que **44% dos municípios do Rio de Janeiro não realizam o controle da taxa de abandono escolar** para os anos iniciais do ensino fundamental e **27,5% dos que responderam à pesquisa não possuem levantamento da distorção idade/série** nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Rendimento escolar

Salta aos olhos que **69% dos respondentes declararam que não aplicam qualquer programa municipal de avaliação de rendimento escolar**, seja por adesão a um sistema já organizado, seja por meio de sistema próprio, apesar de, mais uma vez aqui salientado, 80 % dos municípios do estado do Rio de Janeiro não obterem a proficiência em matemática e de 30% não atingirem a meta de proficiência em português.

Em relação ao corpo docente, os estudos do TCE-RJ demonstram que **37,5% das secretarias municipais de educação não registram a quantidade total (dias) de ausência dos professores**, incluindo os afastamentos legais, para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ademais, **65% dos municípios não possuem programa de inibição de absenteísmo do corpo docente**, sem esforços para combater o problema de forma eficaz.

Sobre a formação dos profissionais de educação, 53,75% dos municípios declararam que possuem de 75% a 100% de seus professores da educação básica com formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Quanto à capacitação desses profissionais, investimento e valorização da classe, apenas 16 dos 80 municípios participantes (20%) declararam realizar capacitação profissional dos professores de creches, o mesmo quantitativo (16) e percentual (20%) afirmou que realiza capacitação para professores da pré-escola e 19 municípios (24%) para profissionais dos anos iniciais (1º ao 5ºano).

Em relação à infraestrutura, 15% dos municípios não possuem registro de escola com necessidade de reparos e **22% não sabem informar quantas escolas deixaram de funcionar por problemas de infraestrutura**.

Segundo as informações prestadas pelos 80 participantes do i-Educ, apenas 32,50% das escolas municipais (1º ao 5º ano) contam com laboratórios ou sala de informática com computadores para uso de seus alunos (figura 21). Portanto, quase 67% não possuem instrumentos adequados para o aprendizado, um dos itens de infraestrutura previstos no Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo dados do último Censo Escolar (2017), apenas 46,8% das escolas de ensino fundamental do país dispõem de laboratório de informática.

Importante deixar consignado que São Gonçalo, Volta Redonda, Japeri, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Pinheiral, Mendes, Porciúncula, Sapucaia, Carapebus e Engenheiro Paulo de Frontin foram os municípios que não responderam aos questionários.

Medir para transformar: *TCE + Educação*

Com base na análise dos dados do i-Educ relativos ao ano de 2017, o TCE-RJ lançou o programa **TCE + Educação**, por meio do qual propõe iniciativas visando à melhoria da educação nos 91 municípios sob sua jurisdição[6].

O programa foi formatado em 4 (quatro) eixos de atuação:

I – Melhoria da Autonomia da Gestão Orçamentária e Financeira da Educação

A solução dos entraves e a realização dos esforços necessários para a melhoria dos indicadores de educação somente são possíveis se houver autonomia orçamentária e financeira dos gestores da área. São os gestores e especialistas da educação que devem definir as ações a serem priorizadas e onde os recursos públicos serão empregados.

Em um primeiro momento, faz-se necessário capacitar esses profissionais em cursos específicos voltados à gestão orçamentária e financeira com foco na educação. Dentre os cursos propostos para realização pela Escola de Contas e Gestão - ECG estão:

- Orçamento Público para Educação com foco nas ferramentas de Planejamento (PPA, LDO e LOA);
- Noções introdutórias de licitação e contratos administrativos - modalidade à distância;
- Capacitação para elaborar Termo de Referência e Projeto Básico - Planejamento das Contratações com enfoque na Educação;
- Orçamento Público para Educação com foco na execução orçamentária.

---

[6] O município do Rio de Janeiro não está incluído, por ser fiscalizado pelo TCM-RJ.

II – Fomento à implementação de boas práticas de sucesso

Grande parte dos problemas que dificultam o avanço da educação já foi mapeada. Mas isso não significa que o alcance de soluções seja fácil, pois embora haja muitos diagnósticos baseados em resultados frustrantes e metas não alcançadas, há necessidade de aprendizado sobre como implementar soluções. Um caminho que nos parece promissor é o do diálogo, da troca de boas práticas adotadas, testadas e de sucesso.

Assim, acreditamos na resolução de problemas de educação baseadas em evidências, técnica também conhecida como ***o que funciona em educação***, na qual são combinadas evidências e ações bem-sucedidas, tornando possível a professores, educadores e responsáveis pelas políticas em educação tomarem decisões mais bem fundamentadas e com muito maior chance de alcançar os resultados pretendidos.

Desta forma, o segundo eixo de atuação será formatado por meio de workshops visando à apresentação, debate, formatação e desenvolvimento de estratégias de implementação de boas práticas de sucesso.

III – Fomento à solução conjunta dos problemas estruturais

Observa-se que a posição dos municípios do estado do Rio de Janeiro em relação ao contexto nacional revela que os problemas enfrentados são sistêmicos e, muitas vezes, comuns aos seus gestores.

Outros estados enfrentaram estas questões por meio da adoção de soluções conjuntas dos problemas estruturais.

Neste sentido, o terceiro eixo de atuação será formatado por meio de seminários e workshops visando à solução conjunta de problemas estruturais.

IV – Acompanhamento da aderência aos pontos de esforços que compõe o i-Educ

O compromisso dos gestores com os pontos de esforços avaliados pelo i-Educ é um importante fator de sucesso do Programa ***TCE + Educação***. Até junho de 2019, serão realizadas duas coletas de dados, bem como, a validação, pelo TCE-RJ, dos dados fornecidos.

Para auxiliar ainda mais na tarefa de acompanhar os indicadores, uma ferramenta foi ancorada no sítio eletrônico: um mapa por meio do qual todos podem visualizar o alcance de metas da gestão da educação dos municípios do Estado ao longo do tempo. Os dados da educação (i-Educ) foram eleitos prioritários e compõem uma das sete (7) dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) da execução do orçamento público, com vistas a uma visão ampla da gestão voltada para melhorias estruturantes.

VII - Referências

1 ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). **TC educa: sistema de monitoramento dos planos de educação**. Porto Alegre: 2017. Disponível em: <https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/dados>. Acesso em: 22 fev. 2018.

2 ______. **Cartilha TC educa: sistema de monitoramento dos planos de educação**. Porto Alegre: 2017. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/cartilhatceeduca/Cartilha%20TC%20educa/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

3 BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **MEC anuncia Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem**. 25 out. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/56321-mec-anuncia-politica-nacional-de-alfabetizacao-para-reverter-stagnacao-na-aprendizagem>. Acesso em: 29 mai. 2018.

4 CASTRO, Sebastião Helvecio Ramos de; CARVALHO, Marilia Gonçalves de. **Indicador de efetividade da gestão municipal: contribuição dos tribunais de contas para a melhoria da gestão pública**. Revista Técnica dos Tribunais de Contas - RTTC, Belo Horizonte, ano 3, n. 1, p. 235-249, dez. 2016.

5 JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** São Paulo: Saraiva, 2012.

6 INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). **Texto de discussão nº. 01/2018 Sistema de indicadores de fiscalização da gestão pública**. Curitiba:2018.

7 ______. 2016-2018. **Homepage do Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Disponível em: <http://iegm.irbcontas.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

8 BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

9 BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

10 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE-AP). **Base legal e comentários da dimensão i-Educ**. 2017. Disponível em: <http://www.tce.ap.gov.br/arquivos-tce/view?dir=geral&file=Base_Legal_Comentarios_Educ.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

11 FUNDACÃO LEMANN e MERITT (2018). **Portal QEdu**. Disponível em: <http://blog.qedu.org.br/>. Acesso em: 20 mai. 2018.

12 SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **O Ideb e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira**. Ver. Port. de Educação, Braga, v. 27, n. 1, p. 7-28, jun. 2014. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/4295/3191>. Acesso em: 20 mai. 2018.

13 BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica 2005-2015**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>. Acesso em: 20 mai. 2018.

14 COUTINHO, Angela M. S. **Os bebês no cotidiano da creche: ação social, corpo e experiência** *In*: CARVALHO, Rodrigo S; FOCHI, Paulo S. (Org.). Pedagogia do cotidiano e na (e da) educação infantil. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto>. Acesso em: 21 mai. 2018.

15 BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação Geral de Educação Infantil. **Dúvidas mais frequentes Educação básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2011-pdf/8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

16 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 mai. 2018.

17 BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

18 UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **Veja quatro compromissos que o município deve assumir após a aprovação do Plano Municipal de Educação**. Brasília, 17/08/2015. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/17-08-2015-10-18-veja-quatro-compromissos-que-o-municipio-deve-assumir-apos-a-aprovacao-do-plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 20 mai. 2018.

19 OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/pne/linha-do-tempo>. Acesso em: 20 mai. 2018.

20 GOIS, Antônio. (23/03/18). Defasagem escolar atinge 37% dos jovens de 17 anos no Brasil. **O Globo Educação.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/defasagem-escolar-atinge-37-dos-jovens-de-17-anos-no-brasil-22522159>. Acesso em: 22 fev. 2018.

21 MORENO, Ana Carolina. (18/05/18). Cresce o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham. **G1 Educação**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/cresce-o-numero-de-jovens-entre-15-e-29-anos-que-nao-estudam-nem-trabalham.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2018.

22 BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Notas estatísticas – Censo Escolar 2017**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

23 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). **Pnad contínua: Educação 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 18 mai 2018. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.